

# São Paulo como *patchwork*: unindo fragmentos de uma cidade segregada

*Suzana Pasternak Taschner*  
*Lucia M. M. Bógus*

## Introdução

A partir de um conjunto de estudos acerca da Região Metropolitana paulista, em que se busca compreender os condicionantes da estruturação espacial, das desigualdades sociais e da segregação, emergiu a necessidade de explorar com mais detalhe a situação do município-núcleo no que diz respeito a esses aspectos acima mencionados.

Isto porque, embora reproduzindo grosso modo os processos observados na RM como um todo, onde têm se aprofundado os mecanismos produtores da segregação e da exclusão social, o município de São Paulo possui peculiaridades que justificam sua condição de sede metropolitana, de feições cosmopolitas, de cidade mundial ou globalizada, conforme já apontado por inúmeros autores (Bógus e Montali, 1994; Vérias, 1997; Frúgoli, 1998).

Quaisquer que sejam os indicadores considerados, encontraremos em São Paulo sua expressão variada e, em alguns casos, acentuada. Trabalharemos neste texto com a espacialização de algumas variáveis sociodemográficas e habitacionais, no município de São Paulo, de acordo com sua distribuição por anéis, conforme metodologia desenvolvida por Taschner (1990). Será também analisada a distribuição dos chefes de domicílios segundo sua classificação em categorias socioocupacionais (conforme nota metodológica 1, em anexo). A partir de tais categorias será possível destacar a maior presença das elites dirigentes nos distritos centrais e da pobreza nas periferias. No contexto mais amplo das atividades econômicas enfatiza-se o crescimento das atividades terciárias (comércio e serviços) com destaque para

as atividades do ramo financeiro como uma das faces mais modernas do núcleo metropolitano responsável pela absorção de parte dos profissionais de nível médio superior, residentes na cidade e no entorno.

No caso da cidade de São Paulo, a polarização social, visível quase a “olho nu” quando se analisa a Região Metropolitana, ganha novos contornos: a pobreza se espalha por vários distritos do município, formando verdadeiros “enclaves de riqueza” na região sudoeste, na qual se concentram a elite dirigente e os profissionais de nível superior. As demais camadas sociais distribuem-se de forma espraia-da, empobrecendo o espaço no rumo da periferia.

De acordo com Van Kempen e Marcuse (1997), as forças que moldam a estrutura interna das cidades podem ser agrupadas em três categorias gerais, a saber, as forças de nível supra-urbano, as forças internas e estruturais em relação ao padrão de distribuição intra-urbano e as forças específicas a cada cidade em particular.

Pensando no caso específico de São Paulo, o primeiro conjunto de forças refere-se   posição da cidade no conjunto das cidades mundiais e aos processos sociais e econ micos da  decorrentes, tais como mudanças na localização e no tipo e na natureza das atividades econ micas, migração de capitais, migração de pessoas (mudanças demográficas), inserção nas redes mundiais de comunicação e alta tecnologia.

No que diz respeito ao aspecto espacial,

a primeira razão para esperar mudanças espaciais nas cidades é a mudança de natureza das atividades econ micas e a concomitante troca de localização de partes do processo produtivo. Uma das principais mudanças nas cidades ocidentais tem sido e ainda é a importância decrescente da manufatura e o crescimento significativo dos serviços, pelo menos em termos de emprego (...) e das novas qualificações exigidas. (Van Kempen e Marcuse, 1997, p. 287)

Na cidade de São Paulo a substituição das atividades manufatureiras pelo comércio e serviços inicia-se já em meados dos anos 70, com o processo de desconcentração industrial rumo ao interior do estado. Esse processo vai depois, aos poucos, atingindo a Região Metropolitana como um todo, que, pela maior inserção na economia internacional, “passa a concentrar em seu espaço uma série de atividades terciárias, diversificando-as e sofisticando-as.” (Cano e Pacheco, 1992, p. 259). Parte do parque industrial paulistano migrou, na década passada, pra cidades do interior paulista e de outras regiões do Brasil. Pesquisa recente da Fundação Seade (1998) ([site www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)) mostrou que o interior paulista, atualmente

com cerca de 17 milhões de habitantes, responde por 50% da produção industrial do estado. Segundo a mesma pesquisa, realizada para orientar os programas de qualificação de mão-de-obra da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, entre os investimentos privados para os próximos 2 anos (1998 e 1999), apenas 19% se concentrarão na Região Metropolitana. Alguns resultados da última PCV (Pesquisa sobre Condições de Vida), publicados no jornal o *Estado de S. Paulo*, em 11 de maio de 1999, enfatizam a informação de que 88% dos investimentos previstos para o estado, entre 1995 e o ano de 2000, dirigem-se para o interior (p. A18).

Tal situação favorece a residência em certas áreas da cidade de profissionais qualificados para atender a esse setor moderno do mercado de trabalho. Por outro lado, a saída de algumas indústrias e a incapacidade do setor terciário de gerar empregos para atender à demanda dos trabalhadores liberados dos setores ligados à produção manufatureira, geram um grande contingente de desempregados e subempregados ao qual se somam, diuturnamente, os jovens aspirantes ao mercado de trabalho.

No que diz respeito à estruturação intra-urbana, tanto os processos de localização empresarial (no caso, sobretudo, dos serviços) como de maior ou menor segregação populacional dependem, em grande medida, da atuação do estado. Em relação às políticas de habitação, numa cidade como São Paulo, onde os conjuntos habitacionais se concentram nas áreas de periferia e as favelas proliferam desde os distritos mais centrais até outros, bem periféricos, cabe mais falar em segregação de riqueza do que de pobreza, podendo-se estabelecer um gradiente, com acentuada presença de pobres nas áreas mais afastadas do setor mais rico da cidade, o setor Sudoeste. De fato,

A reestruturação econômica característica da cidade global também contribui para a dualização – desta vez espacial – pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, já que a concorrência entre os diversos usos possíveis do espaço leva à apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados, procurados, bem atendidos, etc., pelas funções que forneçam um maior lucro ou que correspondam ao consumo de luxo (Preteceille, 1994, p. 78).

A dinâmica demográfica e socioeconômica, além dos padrões específicos de sociabilidade, configuram as forças específicas da cidade.

## Objetivos

Este trabalho analisa algumas tendências e características da dinâmica urbana de São Paulo. Integra um conjunto de estudos<sup>1</sup> que avaliam, de maneira comparativa, os impactos do ajuste estrutural e da reestrutura o produtiva nas metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), no atual contexto de globaliza o. A pesquisa como um todo articula-se em 3 eixos:

- estudo das modifica es na estrutura econ mica;
- estudo das desigualdades socioespaciais;
- estudo das políticas locais.

O presente texto é resultante de uma análise específica para o município de São Paulo.   inten o do trabalho analisar as transforma es da estrutura social espacializada nas duas últimas décadas. Como material de investiga o, foram usados dados dos chefes de família do Censo Demográfico de 1991, relativos ao sexo, grupo etário, cor, educa o, renda e categoria socioocupacional (conforme nota metodológica 1, em anexo) e dados da popula o total por sexo e idade dos Censos de 1960, 70, 80, 91 e da Contagem Populacional de 1996. Em rela o à qualidade do habitat, analisaram-se algumas variáveis relativas ao domicílio e às condi es de infra-estrutura sanitária (condi o de propriedade da moradia, abastecimento de água e destino dos dejetos e do lixo). O item 4 espacializa algumas variáveis sociodemográficas, visando mostrar, ainda que de maneira pontual (em 1991), algumas características da estrutura socioespacial.

A análise se dará por anéis do tecido urbano. Foram selecionados 5 anéis – central, interior, intermediário, exterior e periférico. Esses anéis são resultado do agrupamento de distritos da capital (ver nota metodológica 2).

Dessa análise resultaram algumas constata es. Em 1  lugar, a espacializa o das categorias socioprofissionais mostra alto grau de segrega o. As categorias “elite”, “profissionais liberais” e “pequena burguesia” residem sobretudo na área central de São Paulo, enquanto que os trabalhadores de sobrevivência se alocam preferencialmente na periferia. Há distritos na capital com mais de 50% de chefes nessas categorias. Em 2  lugar, o crescimento populacional do município, embora menor, continua periférico, assim como mant m-se um diferencial na estrutura etária populacional: a popula o envelheceu como um todo, mas continua mais jovem na periferia que no centro.

## Município de São Paulo: novas centralidades, dualização e pobreza urbana

O município de São Paulo apresentou uma população de 9,84 milhões de habitantes em 1996 (contagem do meio da década). Suas taxas de crescimento populacional são ainda mais fortemente declinantes que as da região metropolitana<sup>2</sup>. Entre 1970 e 1980, a população paulistana aumentou a 3,67% anuais; entre 1980 e 1991, esse ritmo caiu para 1,16% e, no período 1991-96, para 0,40% ao ano. Cerca de 514 mil pessoas abandonaram a cidade entre 96 e 91. O município de São Paulo só não viu sua população diminuir em termos absolutos porque seu crescimento vegetativo foi de 680 mil pessoas, maior ainda que a emigração, de 514 mil pessoas.

O fator que mais pesou para a estagnação da população paulistana foi o deslocamento de antigos moradores da cidade para o entorno da capital. Não é por acaso que a região do estado que mais cresceu foi o cinturão de municípios da Grande São Paulo, com saldo positivo migratório de 440 mil moradores entre 1991 e 1996. A região metropolitana, sem a capital, cresceu a uma taxa de 3,21% ao ano, entre 1980 e 1991, e de 3,08% anuais, entre 1991 e 1996 (dados de IBGE, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, 01/03/1997), recebendo um saldo migratório positivo de 43.752 pessoas por ano, na década de 1980, e 87.992 anuais, entre 1991 e 1996. Essa cifra é maior que o saldo migratório para o interior do estado, com média anual de 54 mil pessoas neste último período.

A periferização da população metropolitana, já evidente nos anos 80, acentuou-se nos anos 90: os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital, como para as cidades limítrofes. Além disso, o processo de desconcentração industrial, para regiões com mão-de-obra mais barata e com menos impostos, continua. Aliam-se ao custo de mão-de-obra e ao custo da terra fatores como a migração de retorno e a fuga das classes médias para condomínios fechados nas cidades vizinhas.

Perante esse quadro, percebe-se que o menor crescimento demográfico do município de São Paulo não significou melhoria de condições de vida. A migração de atividades econômicas para o interior ampliou a pobreza urbana. Sinais visíveis da pauperização marcam a paisagem da cidade. Nos últimos 10 anos, a chamada cidade informal cresceu mais que a regular. Os novos domicílios em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos superam os lançamentos do mercado imobiliário e a produção de unidades habitacionais pelo poder público.

Segundo o IBGE, entre 1980 e 1991, o município de São Paulo acusou um aumento de 1.150 mil pessoas e aproximadamente 480 mil domicílios<sup>3</sup>. Neste período, cerca de 200 mil unidades foram licenciadas e 80 mil comercializadas por órgãos públicos<sup>4</sup> (Barreto Silva e Castro, 1997). Seja, cerca de 200 mil domicílios que não atendiam a requisitos legais foram produzidos nesses 11 anos, cerca de 44% do total de casas edificadas. Além disso, na época do censo de 1991, cerca de 270 mil domicílios estavam vagos, concentrados sobretudo em áreas centrais do município.

Assim, São Paulo, com 9,8 milhões de habitantes, 2,7 milhões de domicílios – entre os quais se computam pelo menos 600 mil pessoas corti adas, 1,9 milhão de favelados, uma popula o de número desconhecido ocupando loteamentos irregulares e casas fora do padrão considerado aceitável (em 1989 a estimativa de casas fora do padrão era de 350 mil, 15% do total de domicílios) – mostra o retrato de uma cidade excludente, onde cerca de metade dos seus habitantes mora de forma clandestina e precária.

A literatura especializada vem apontando mudanças nas configura es espaciais urbanas nas últimas décadas. O padrão de aglomera o em torno da concentra o industrial (acumula o fordista), vem sendo afetado pelas grandes transforma es econ micas em curso. Fala-se em *met polis* (Ascher, 1995), espaço de assentamento (Gottdiener, 1993), megalópoles (Gottmann, 1966). O impacto da reestrutura o produtiva, da financeiriza o global e da forma o dos megamercados tem-se feito sentir sobre as cidades.

O paradigma das cidades globais tem recebido avalia es que oscilam entre otimistas e pessimistas. É preciso contextualizar cada cidade, suas coordenadas histórico-sociais e seus papéis regionais e nacionais, além das fun es internacionais.

Segundo Sassen (1991), as grandes cidades do mundo têm-se reestruturado como “cidades globais”, em fun o da nova divisão internacional do trabalho, ou seja, sofrendo o impacto da chamada globaliza o – combina o de novas tecnologias, aumento do comércio e da mobilidade, concentra o do poder econ mico e financeiro e redu o do Estado do bem-estar social. A hipótese central de Sassen é a

existência de vínculo estrutural entre o tipo de transforma o econ mica característica dessa cidade e a intensifica o de sua dualiza o social e urbana. (...) A reestrutura o econ mica característica da cidade global também contribui para a dualiza o – desta vez espacial – pelos mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, já que a concorrência entre os diversos usos

possíveis do espaço leva à apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados – procurados –, bem atendidos, etc., pelas funções que forneçam o maior lucro ou que correspondam ao consumo de luxo (apud Preteceille, 1994, pp. 66 e 78)

Dentro desse quadro, qual seria a dinâmica urbana das grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento? Nos pólos urbanos do chamado Terceiro Mundo sempre existiram contrastes fortes entre as elites locais e os pobres marginalizados. São Paulo assiste a uma perda de emprego industrial, a uma redução do incremento demográfico e a um menor crescimento do PIB por habitante. A pobreza visível aumentou, com o crescimento de favelados e sem-teto.

De outro lado, os espaços socialmente mais polarizados correspondem a 19,49% dos chefes (soma das categorias elite+pequena burguesia+profissionais liberais) e 24,58% dos trabalhadores manuais e de sobrevivência. Essas categorias residem em áreas diferenciadas, numa paródia dos círculos de Burgess, Escola de Chicago às avessas, em que os ricos estão no centro e os pobres na periferia (Bet-tin, 1982) [vide mapas 3 e 4, em anexo]. São espaços que marcam profundamente a estrutura urbana. Mas cerca de 52% dos chefes residem sobretudo nos interstícios do tecido urbano, de forma indistinta (são os trabalhadores não manuais, que espalham-se na maior parte da área paulistana).

A distribuição de renda dos chefes no município de São Paulo mostra 6,32% na faixa superior (mais de 20 salários mínimos) e pouco mais de 20% com renda até 2 salários mínimos. Esses dados mostram uma polarização que resulta num espaço social específico; por exemplo, embora a zona oeste do município compreenda apenas 10,52% do total de chefes da capital, possui 29,35% dos chefes com renda superior a 20 salários mínimos, mostrando uma concentração da riqueza nessa área (por exemplo, distritos de Butantã, Alto de Pinheiros e Lapa). O anel interior, que compreende distritos como Jardim Paulista, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana apresenta percentual de chefes com renda superior a 20 salários mínimos, superior à de outros anéis (23,65% dos chefes), apontando para acentuada tendência à segregação.

Em relação às centralidades, conceituadas tanto como local com densidades de empregos terciários quanto como espaço simbólico, São Paulo assiste a uma mudança, embora falar em *gentrification* em grande escala ainda seja prematuro. Nada se assemelha às Docklands londrinas, ao Battery Park americano, a Puerto Madero argentino ou mesmo ao baiano Pelourinho. O centro de negócios e mesmo o simbólico migraram do Centro Histórico, deteriorado e com processos pontuais de renovação urbana, para a Avenida Paulista, símbolo do capital financeiro dos

anos 70, em seguida para a Avenida Faria Lima, centro de comércio e serviços, que agora começa a abrigar bancos e financeiras (Nova Faria Lima) e, recentemente, para a Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, sede de empresas terciárias, hotéis e comércio sofisticado desde meados de 80 e 90 (Frúgoli, 1998).

Nas regiões tradicionalmente industriais (ABCD, Brás, Mooca, Belenzinho, Tatuapé, Ipiranga, Santo Amaro) já   nítido um esvaziamento das plantas industriais e mudanças para usos residenciais e comerciais.

## O município de São Paulo como caso empírico: espacializa o das variáveis sociodemográficas

### Crescimento demográfico: manuten o do padrão periférico de crescimento

O município de São Paulo cont m quase 60% da popula o da RMSP. Como já foi dito no item 3, suas taxas de crescimento populacional são ainda mais declinantes que as da região metropolitana: o ritmo de crescimento populacional do município caiu de 3,76%, na década de 70, para 0,40%, no período 91-96 (tabela 1). Seu saldo migratório é negativo desde os anos 80, quando uma média de 69 mil pessoas deixavam o município por ano. Na primeira metade da década de 90 a saída populacional é estimada em 103 mil moradores por ano (segundo dados da Funda o Seade, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, 08/03/1997, p. 3.1).

O deslocamento de moradores para o entorno da capital   nítido. A região do estado que mais cresceu nos últimos anos foi o cinturão de municípios da Grande São Paulo, com saldo migratório positivo de 440 mil moradores. Guarulhos é a cidade paulista que mais cresceu em termos absolutos nos anos 90, com taxa anual de 4,31%, crescimento absoluto de 185 mil pessoas, das quais 100 mil por crescimento migratório. Aliada à periferiza o do crescimento populacional na metrópole, o seu município central, apesar do crescimento mais reduzido, deve seu aumento de popula o t mbeo ao crescimento periférico.

O padrão de crescimento do município de São Paulo tem sido, a partir dos anos 40, de contínua expansão da mancha urbana para a periferia. A essa periferia associa-se todo um quadro de carências, aliado ao lote próprio em loteamento irregular e   casa autoconstruída. Se, de um lado, há indícios de que a autoconstru o não está aumentando em lotes pr pios, ela aumenta fortemente em lotes invadidos.



As favelas urbanas estão se perifерizando, e o crescimento da cidade nos anos 90, embora pequeno, ocorre fundamentalmente na periferia.

A tabela 1 mostra que as taxas geométricas anuais de crescimento populacional têm sido maiores no chamado anel periférico. Embora menores em cada década, as taxas do anel periférico são sempre maiores que as dos outros anéis. Na década de 70, certo aumento da taxa do anel central levantou a hipótese de retorno da população pobre para o centro da cidade, mediante moradia em cortiço. Na década de 80, entretanto, o retorno ao centro não aconteceu: as taxas de crescimento populacional dos 3 anéis mais próximos do centro histórico – central, interior e intermediário – mostrou-se negativa. As taxas dos anéis exterior e periférico, embora menores que nas décadas precedentes, são positivas. Nos anos 90 acentuou-se a periferação: entre 91 e 96 todos os anéis, com exceção do periférico, apresentaram taxas negativas. Assim, a totalidade do crescimento municipal, de quase 200 mil pessoas, entre 91 e 96, foi devido ao aumento populacional na periferia (mapas 5, 6, 7 e 8).

A tabela 2 reforça ainda mais a mensuração do crescimento periférico, o anel periférico foi responsável por 43% do incremento populacional nos anos 60, por 55% desse incremento nos anos 70, por 94% entre 1980 e 1991 e por 262% entre 91 e 96. O aumento de mais de 500 mil pessoas no anel periférico compensou a perda de cerca de 312 mil nos outros anéis. A região entre as avenidas marginais perdeu quase 130 mil residentes nos anos 80 e 230 mil nos 6 primeiros anos da década de 90. A periferia ganhou cerca de 1.300 mil entre 80 e 91 e quase 505 mil entre 91 e 96. O número absoluto de novos moradores de São Paulo tem diminuído, conforme se vê na tabela 3: o incremento de população era de 2,5 milhões entre 70 e 80, reduzindo-se para 1,13 milhão nos anos 80, cerca de 105 mil pessoas por ano e, no início dos anos 90, diminui ainda mais, para 32,6 mil pessoas por ano entre 1991-96. Mas esse incremento deu-se exclusivamente na periferia.

### Estrutura etária diferencial intra-urbana

A população paulistana está envelhecendo: o porcentual de jovens (0-14 anos), em 1970, representava 32,40% do total populacional; em 1980, 29,95% e, em 1991, 28,58%. A outra face do mesmo fenômeno, a população idosa (60 anos e mais), aumentou o porcentual entre 1970 e 1991, de 6,08% para 8,08% (tabelas 4, 5 e 6). Em 1980, o município de São Paulo era local de residência de 75% da população com mais de 60 anos da Grande São Paulo (Taschner, 1990, p. 7). O

porcentual de idosos em 1991 excedeu o estimado para 1990 pela Fundação Seade, que seria de 7,24% da população do município (Informe Demográfico n. 18).

Percebe-se que, tanto em 1970 como em 1980 e em 1991, a população jovem aumenta em direção à periferia: em 1970 o porcentual de jovens no anel periférico era quase 3 vezes maior que no anel central (mapa 9); em 1980, embora a porcentagem de jovens se mantenha elevada no anel periférico, o diferencial entre os anéis central e periférico diminui (2,4 vezes), diferença que ainda   menor em 1991 (1,9 vezes) (mapa 10). Até mesmo a periferia está envelhecendo – 4,60% da sua população em 1991 tinha 60 anos e mais, quando esse porcentual era superior a 3% nas décadas anteriores (mapa 11).

O anel interior – onde se concentram os chefes com maior escolaridade e com categorias socioocupacionais superiores (10% dos chefes pertencem à elite dirigente e 22%   categoria nível superior) –   justamente o segmento espacial com maior porcentual de população idosa (15,49%). Esse fen meno tem se mantido desde a década de 70 e pode ser atribuído às melhores condições de vida dos moradores das áreas residenciais que compõem esse anel. Três importantes distritos do anel interior – Jardim Paulista, Pinheiros e Vila Mariana – têm porcentual de jovens inferior a 20% (a média do anel é de 19,38% de população com menos de 15 anos). No anel central a porcentagem de jovens quase alcança a do anel interior – 17,95%. Integram esse anel alguns distritos com porcentual significativo de jovens, como Liberdade, com 22,94% e S , com 21,54%, de jovens. Uma possível interpretação para o fato vincula-se, na Liberdade,   sua condição de bairro  tnico. Como é local de moradia preferencial de orientais, até mesmo casais mais jovens, em plena fase reprodutiva, escolhem o bairro para residir. O porcentual de não brancos na Liberdade era de 30,18% em 1991, maior que a média do anel (19%). Já no caso da S , a hipótese esboçada embasa-se sobretudo na presença de pobres. Nesse distrito também a porcentagem de moradores não brancos   elevada em relação   média do anel: existe uma proporção de 32,20% residentes não brancos na S , provavelmente composta por negros e pardos.

Em síntese, a distribuição das faixas etárias pelo tecido urbano manteve-se semelhante nos 3 anos estudados, anéis central e interior com proporção maior de população mais velha, anéis exterior e periférico com percentuais maiores de população jovem. Esse é um padrão locacional de muitas cidades grandes, onde o preço da terra e da moradia faz com que casais em fase de expansão morem nas franjas urbanas.

### Razão de masculinidade: chefes de domicílios e população

Com referência à chefia do domicílio, 20,26% dos domicílios, em 1991, eram chefiados por mulheres. Essa porcentagem é maior que a da região metropolitana, de 18,3%. Dentro do tecido urbano municipal chama a atenção a proporção de chefes mulheres no anel central, onde 35,77% das chefias domiliares são exercidas por mulheres (tabela 7).

A chefia é atribuída pelos entrevistados ao membro do grupo domiciliar que escolhem. Num país patrilinear, onde, juridicamente até pouco tempo atrás, a cabeça do casal era sempre o indivíduo de sexo masculino, os moradores costumam atribuir ao homem, sempre que existe, a condição de chefe. Para se ter o elevado percentual de chefes mulheres do anel central, é muito provável que se tratem de domicílios com viúvas, mulheres sós e/ou mulheres sem companheiros. E porque essa concentração no Centro? Compõem essa região distritos como Bela Vista, República, Santa Cecília e Sé, onde a presença de cortiços é marcante; Liberdade e Consolação com apartamentos tipo *kitchenette*. A estrutura etária da população no Centro é mais velha, o que favorece a presença de mulheres sós. Como a esperança de vida feminina é maior que a masculina, há um excedente feminino nas faixas etárias mais altas, em geral de viúvas. A proporção de chefes com mais de 45 anos, em 1991, no anel central, era de 45,45% do total de chefes na região. No anel interior também a proporção de chefes com mais de 45 anos mostra-se elevada: 53,66%. E é nessa região que se encontra o segundo maior percentual de chefes mulheres – 28,51%. A associação estrutura etária-chefia feminina parece existir no município, embora não haja elementos para considerá-la totalmente explicativa.

Trabalhos apontam um aumento crescente da chefia feminina. Berquó (1998), descrevendo a evolução dos arranjos domésticos, nota o aumento de arranjos monoparentais nucleares (que representavam 7,8% em 1970 e alcançam 14,4% em 1995, para todo o Brasil), monoparentais com parentes (de 2,5% em 1970 para 3,1% em 1995), assim como de pessoas sós (5,8% em 1970 e 8,1% em 1995). A chefia feminina é uma das características associada à família monoparental, tanto pela sobremortalidade masculina como pelo aumento do número de separações e divórcios e pela emergência de novos estilos de vida, com mães sem casamento. A análise da estrutura etária das chefes femininas em famílias monoparentais para todo o Brasil mostra que nesses arranjos familiares as chefes são mais jovens que as mulheres chefes de outros arranjos familiares sem filhos e mais velhas que as que vivem com marido e filhos. A explicação do fenômeno encontra-se no próprio

ciclo de vida, uma vez que, em geral, para se chegar a uma família monoparental existe toda uma trajetória: casar, ter filhos, separar ou enviuvar.

Tem-se em geral associado mulheres no comando da família a segmentos mais pobres, nos quais inclusive, essa situação está relacionada a dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e aumento da pobreza. O que analistas têm notado é que o crescimento intenso desse arranjo familiar atualmente abrange também mulheres das camadas m dias urbanas. Maria Josefina Sant'Anna (1998), estudando os arranjos domiciliares no Rio de Janeiro em 1980 e 1991, mostrou que o arranjo que mais cresceu foi o unipessoal (de 7,7% para 9,5%), mas o formato mulher com filhos (com e sem parentes) também teve aumento, de 9,1% para 10,8%. A distribuição intra-urbana mostrou que mulher com filhos já era considerável proporção dos arranjos em Copacabana, em 1980, e aumentou na década em regiões como Tijuca e Campo Grande.   alta a incidência de pessoas morando s s em Copacabana – 26% dos arranjos domiciliares da região, em 1991. Sant'Anna considera que

a associação de mulher-chefe   pobreza não tem respaldo nos dados relativos ao espaço intra-urbano do Rio de Janeiro, onde este tipo familiar aparece também associados a faixas m dias de renda, em especial em Copacabana e na tijuca... (p. 152).

No município de São Paulo a proporção de chefes mulheres declina nitidamente do centro para a periferia, No anel interior, onde residem as famílias de renda mais elevada, a proporção de chefia feminina atinge 28,51%, maior que no anel periférico, onde se concentram as famílias pobres (tabela 7). Não há, portanto, a possibilidade de se estabelecer uma relação direta entre pobreza e chefia feminina, tal qual ocorre na cidade do Rio de Janeiro.

A cidade tinha mais mulheres do que homens, tanto em 1991 como em 1996. Essa razão de masculinidade favorecendo o sexo feminino pode ser explicada tanto pela sobremortalidade masculina como por fluxos migratórios. Pesquisa recente, que comparou migrantes com não migrantes no estado de São Paulo, em 1993 (Patarra et al, 1997), observou que a razão de masculinidade entre os dois segmentos era ligeiramente distinta, com predomínio do sexo masculino entre os migrantes (50,5% de homens) e do feminino entre os não migrantes (51,4% de mulheres). Como o município de São Paulo está com migração reduzida, tendo inclusive saldo migratório negativo desde a década de 90, o esperado seria que a proporção de mulheres estivesse aumentando, como de fato ocorreu (tabela 8).

O porcentual de homens sobe em direção à periferia – *locus* de migrantes recentes. Em todos os anéis a proporção de homens supera a de mulheres, mas

a diferença em pontos percentuais entre os anéis central e periférico se mantém nas duas datas estudadas. A maior proporção de mulheres aparece, em 1991 e em 1996, no anel interior (o de maior renda), seguido pelo anel central. Pela tabela 7, percebeu-se que a chefia feminina era mais presente nesses anéis, o que liga-se também à estrutura etária – acusando maior percentual de idosos. A presença de mulheres sós, morando nas áreas centrais deve ser fator explicativo tanto para a razão de masculinidade como do alto percentual de chefia feminina do anel central.

### Cor dos chefes de domicílio

A população de chefes é majoritariamente branca no município – 70,72% dos chefes (nos outros municípios da RMSP a proporção de brancos é de 65,68%). No anel interior, 87% dos chefes são brancos. Nesse anel, 42,97% dos chefes pertencem a categorias socioocupacionais superiores (elite dirigente+pequena burguesia+nível superior). É também a parcela do tecido urbano que agrega o maior percentual de chefes com alta escolaridade e renda com mais de 20 salários mínimos, o que permite estabelecer uma relação entre renda, raça, escolarização e local de residência no espaço urbano (tabela 9).

Distritos de alta renda como Alto de Pinheiros, Perdizes, Moema, Jardim Paulista têm menos de 10% dos chefes não brancos. Distritos como Jardim Ângela, Jardim Helena, cidade Tiradentes, Itaim Paulista apresentam mais de 50% dos chefes não brancos. Nesses distritos o percentual de chefes com renda de até 2 salários mínimos era elevado: 33,93% dos chefes no Jardim Helena., 33,30% em Lajeado, 34,03% no Itaim Paulista, 23,64% no Jardim Ângela, 27,08% em Cidade Tiradentes. Antigos enclaves étnicos no Norte do município, como Brasilândia e Limão ainda apresentam proporções elevadas de chefes não brancos (42,35% e 34,99%, respectivamente), embora menores que os bairros citados no parágrafo anterior. Itaim Paulista, Lajeado, Guaianazes, Jardim Helena e Cidade Tiradentes localizam-se no extremo Leste do município. Jardim Ângela, por sua vez, é área de expansão sul, perto do manancial de Guarapiranga. São áreas pobres, de imigração e povoamento relativamente recente.

O anel periférico é o que apresenta porcentagem maior de chefes não brancos (41,38%), muito superior às proporções dos outros anéis e à média do município (tabela 9). Nos anéis interior e intermediário essas proporções eram de 12,64% e 16,90% em 1991.

Disponha-se somente da variável cor, separando os chefes em brancos e não brancos (negros, pardos e amarelos). Assim,   prematuro falar-se em aspectos étnicos das desigualdades socioespaciais. Informa es mais precisas sobre etnia seriam necessárias no reconhecimento da estigmatiza o de contingentes populacionais, que, ao residirem em determinados locais, são discriminados por uma combina o de fatores de classe e etnoraciais (Wacquant, 1995).

Toda grande cidade tem suas col nias raciais (...) (p. 582). São cidades dentro de cidades, cuja característica mais interessante é a de que são compostas por pessoas da mesma raça ou da mesma classe social (pp. 582-3) (Park, 1915, apud Eufrásio, 1999, p. 53).

Burgess (1929) estudou a expansão de grupos raciais e de imigrantes em Chicago por vetores, observando que o deslocamento residencial de negros, italianos, irlandeses, poloneses e escandinavos tinha especificidade espacial. Willian Julius Wilson (1987), com seu livro seminal *The Truly Disadvantaged*, estimulou um grande esforço de pesquisa nos Estados Unidos, para investiga o da extensão, causas e conseq ncias da “guetifica o” de certas minorias. Uma capa da revista *Time*, em 1987, cunhou a expressão “The America Underclass”, referindo-se   popula o moradora dos distritos urbanos centrais, geralmente negra e de baixa renda, apontada pela m dia como selvagem, sem lei e dependente do Welfare.

No caso de São Paulo, a associa o cor–pobreza–periferia parece nítida. Mesmo no anel interior – o que concentra famílias com maior renda e escolaridade – os ditritos mais pobres são os que apresentam maior propor o de não brancos (Pari e Brás). Não se percebe no município de São Paulo áreas segregadas como existiam (e ainda existem) nos Estados Unidos. Mas os distritos com presença significativa de não brancos apresentam escolaridade e renda mais baixas.

## Escolaridade dos chefes

Em rela o à escolaridade expressa em anos de estudo, o grupo modal é o de 1 a 4 anos de estudo (38,22% dos chefes), tal como na RMSP. A escolaridade   maior na capital que nos outros municípios da Grande São Paulo (onde 33,92% dos chefes têm de 1 a 4 anos de escolaridade). Com mais de 12 anos de estudo tem-se 16,72% dos chefes paulistanos e apenas 7,94% de chefes residentes em outros municípios da região metropolitana. Mas chama a aten o o percentual de quase 9% de chefes sem nenhum ano de escolaridade formal (tabela 10).

A escolaridade modal é distinta por anel: nos anéis central e interior, ela se encontra na categoria mais alta – 12 anos e mais. Já os anéis intermediário, exterior e periférico, a moda estatística desde para 1 a 4 anos de estudo. Os 3 anéis mais longe do centro histórico, embora com igual categoria modal, apresentam distribuição muito diferente: no anel exterior, o valor logo abaixo da modal é o de chefes com alta escolaridade (27,51% de chefes com 12 anos de estudo e mais); nos outros 2 anéis esse valor imediatamente abaixo da moda é bem mais baixo, de 5 a 8 anos de estudo.

No anel interior do município concentram-se os chefes com maior escolaridade – 41,98% dos chefes residentes nesse anel têm 12 anos e mais de estudo. Na periferia há a maior concentração de chefes sem nenhuma escolaridade (12,14%). A diferença de escolaridade, medida em anos de estudo formal, entre os 2 anéis mais centrais do tecido urbano e o periférico é enorme – no anel interior há 7 vezes mais chefes com alta escolaridade que no periférico; há 4 vezes menos chefes sem nenhuma escolaridade nos anéis central e interior quando comparados com o periférico, e 3 vezes menos quando comparados com o exterior. Há um gradiente de menor para maior nos percentuais de chefes iletrados à medida que nos afastamos do centro histórico.

A associação escolaridade-renda reafirma-se quando se nota que a proporção de chefes com renda superior a 20 salários mínimos é alta no anel interior (23,65% dos chefes do anel) e extremamente baixa no periférico (3,02% dos chefes). A renda modal dos chefes paulistanos, em 1991, era de 2 a 5 salários mínimos (27,09% dos chefes).

### Categoria socioocupacional e renda dos chefes

O percentual de chefes de domicílio com renda inferior a 2 salários mínimos é menor no município que na RMSP como um todo (20,06% *versus* 25,40%). A concentração da pobreza está na periferia: 40,57% dos chefes com renda de até 1 salário mínimo moram no anel periférico, assim como 34% dos que se declararam sem renda (tabela 12).

**Quadro I**  
**Compara o da renda do chefe, por anéis (em salários mínimos)**

Anel	Mediana (s.m.)	Média (s.m.)	Modal (s.m.)
Central	2 a 5	11,23	2 a 5
Interior	10 a 20	12,71	mais de 20
Intermediário	1 a 2	10,46	2 a 5
Exterior	1 a 2	6,82	2 a 5
Periférico	1 a 2	6,38	2 a 5
Município de São Paulo	1 a 2	8,41	2 a 5

Fonte: Tabula es especiais do Censo Demográfico de 1991.

A riqueza, por sua vez, aparece nos anéis interior e intermediário, nos quais estão 66,87% dos chefes que ganhavam mais de 20 salários mínimos em 1991.

O quadro resumo mostra um gradiente de rendas m dias cada vez mais baixas em dire o   periferia. A renda média dos chefes, no município, alcançava 8,41 salários mínimos em 1991. Mas essa média encontra-se fortemente deformada pela existência de segmentos de alta renda, tanto que a renda modal é bem mais baixa, entre 1 e 2 salários mínimos (com 27% dos chefes) e a mediana está entre 2 a 5 salários mínimos.

Os dados comparativos de que se dispõe fornecem apenas a renda familiar. Pela pesquisa OD de 1987 (Origem–destino, da Emplasa), a renda média familiar para o município de São Paulo era de 11,70 salários mínimos, sendo que 3,7% da popula o tinha renda de até 1 salário mínimo e 14,9% renda superior a 20 salários mínimos. A pesquisa OD de 1997 forneceu, para a chamada sub-região Centro, que corresponde ao município de São Paulo, a renda familiar mensal de R\$1.743,00 em outubro de 1997 (14,52 salários mínimos). A renda familiar subiu cerca de 24% na década, ou 2,18% por ano no intervalo 1987-97.

Como ilustra o, e com as devidas ressalvas, esboçou-se uma compara o da distribui o da renda por anel, entre a renda familiar de 1987, medida pela pesquisa OD, e os chefes de domicílio, medidos pelo Censo Demográfico de 1991. O dado disponível fornecia um agregado de 0 a 5 salário mínimos. O percentual de chefes com renda inferior a 5 salários mínimos em 1991 era, como se esperava, superior ao da popula o total, onde se computa a renda familiar. Mas a distribui o da propor o de pobres nos anéis parece ter sofrido algumas altera es: no anel central, o quadro abaixo indica uma diminui o da pobreza, apesar de referir-se



**Quadro II**  
**Comparativo da proporção de pobres, por anel**  
**(renda inferior a 5 salários mínimos)**

Anel	Renda do chefe 1991	Renda familiar 1987
Central	36,42%	44,99
Interior	33,43%	26,44
Intermediário	42,47%	34,70
Exterior	56,00%	42,83
Periférico	65,73%	57,54
Total	47,16%	44,25

Fonte: Taschner, S.P., in Fadda, G. (1993, p. 188); Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 e tabulações especiais do Censo demográfico de 1991

apenas à renda do chefe em 1991 e à renda familiar em 1987. Em compensação, essa proporção subiu em todos os outros anéis.

No anel central, a renda mediana é maior que no município como um todo, embora a moda seja coincidente. A média, bastante alta, mostra que a diferenciação interna dentro do anel é grande. Nesse anel o percentual de chefes com renda muito baixa, entre 0 e 1 salário mínimo, atinge 3,34% dos chefes na Liberdade e 2,77% na Sé. Os outros distritos apresentam porcentagem inferior nessa categoria. De outro lado, a proporção de chefes com alta renda no anel central era de 14,40%, devido sobretudo a distritos como Consolação, com porcentagem de 26% de chefes com renda alta.

No anel interior está concentrada a população mais rica – tanto a mediana, como a média e a modal da renda do chefe foram as mais altas. Chama a atenção um anel onde a renda modal situa-se num patamar superior a 20 salários mínimos e onde mais de 50% dos chefes ganham mais de 10 salários. Estão nesse anel alguns dos distritos cuja proporção de chefes ricos é bastante alta, como no Jardim Paulista, com 42,19% dos chefes ganhando mais de 20 salários mínimos; Pinheiros, com 32,12% e Vila Mariana, com 27,59%. A pobreza aqui aparece sobretudo nos distritos do Pari e Belém, com 9,22% e 7,49% dos chefes, respectivamente, ganhando até 1 salário mínimo. Nesses distritos o número de cortiços é elevado, o que constitui outro indicador de pobreza. Na Administração Regional da Sé, onde se encontra o Pari, está o maior número de imóveis encortiçados da cidade (Fipe, 1994). Mas, apesar dos bolsões de pobreza, a proporção de chefes com até 1 salário mínimo no anel interior é de apenas 3,50%.

No anel intermediário, tanto a modal como a mediana igualam as do município como um todo. A média, entretanto, é bem superior – 10,46 salários mínimos, quando comparada à do município, de 8,41. Isto indica um tecido heterog neo, que agrega distritos com alto porcentual de ricos, com Moema (40,56%), Alto de Pinheiros (36,08%), Itaim Bibi (31,46%) e Campo Belo (29,05%). São estes, aliados ao Jardim Paulista, Pinheiros e Perdizes (anel interior), ao Morumbi (anel exterior) e a Santo Amaro (anel periférico), os distritos com maior proporção de chefes ricos em São Paulo.

No anel exterior a renda média cai bastante, aproximando-se da renda modal. Embora o anel apresente uma pobreza mais homog nea, nele aparecem distritos com chefes ricos em proporção elevada; o Morumbi, na zona sul, com 41,58% dos chefes ganhando mais de 20 salários mínimos e apenas 0,92% com renda de até 1 salário mínimo. Distritos com Vila Sônia e Santana apresentam também certo porcentual de renda alta – 19,37% e 15,08%, respectivamente.

O local da pobreza é na periferia, onde a renda média desce para 6,38 salários mínimos e onde a proporção de chefes com até 1 salário mínimo de renda mensal   de quase 6%, e a de chefes com até 2 salários mínimos alcança 24%. O  nico distrito com alta proporção de chefes ricos nesse anel é o de Santo Amaro (29,50%). O distrito de Campo Grande também apresenta porcentagem não desprez vel de chefes com 20 e mais salários mínimos (17,46%). Entre os 12 distritos com maior proporção de chefes pobres no município, 9 estão na periferia leste – Itaim Paulista, com 34,03% de chefes pobres; Jardim Helena (33,93%), Lageado (33,00%), Guaianazes (28,72%), São Miguel (28,70%), Vila Curu a (27,87%), Vila Jacuí (27,78%), Iguatemi (26,39%), Ermelino Matarazzo (26,10%) –, 2 estão no sul – Marsilac (32,96%) e Parelheiros (29,39%) – e 1 distrito   central – o Pari, com 26,60% de chefes ganhando até 2 salários mínimos.

Agregando-se às informações acerca da renda a classificação dos chefes de domicílio por categorias socioocupacionais e sua distribuição na cidade, observa-se que os trabalhadores da sobrevivência – menos qualificados, mais pobres e em situação mais precária em termos da inserção no mercado de trabalho, representam apenas 5,37% do total dos chefes residentes no município concentrando-se, especialmente, nos anéis exterior e periférico (tabela 13). Depreende-se da  que embora a pobreza esteja presente no município, seus níveis mais acentuados encontram-se nos distritos periféricos da metrópole, onde 6,32% do total de chefes ocupados residentes pertencem a esta categoria.<sup>5</sup>

Analisando-se a distribuição espacial por anéis, a segregação manifesta-se de modo também marcante na localização das elites empresarial e intelectual nas áreas mais centrais do município. Assim, os chefes pertencentes à elite dirigente, à burguesia e os profissionais de nível superior representam 31% dos chefes residentes no anel central, 43% dos residentes do anel interior e 31% dos que residem no anel intermediário. Vale apontar que, apesar dos percentuais desses chefes serem iguais para os anéis central e intermediário, essas áreas possuem características distintas no que diz respeito aos níveis de renda (ver Quadro I). Acredita-se que os níveis mais elevados de renda observados para o anel central possam ser atribuídos ao maior percentual de trabalhadores não manuais de nível médio ali residentes (4,3% do total) e de trabalhadores do comércio e serviços (26,6% do total), que estariam “empurrando para cima” o patamar de rendimentos médios desse anel.

No anel intermediário, a presença mais acentuada de trabalhadores manuais contribui para o rebaixamento da renda média, já que estes, somados aos trabalhadores da sobrevivência, perfazem um percentual de 16% do total de chefes residentes (contra 7,5% do total de chefes dessas duas categorias para o anel central).

Cabe mencionar que do conjunto de chefes ocupados, o maior percentual no município refere-se aos trabalhadores do comércio e serviços (31,7%), o que condiz com o perfil da cidade terciária, cujo setor de comércio e serviços – inclusive informais – cresce exponencialmente.

## Domicílios e infra-estrutura

Em relação aos domicílios, a proporção de casas alugadas era de 40% em 1980. Essa proporção desce para 28,42% em 1991, uma queda de 12 pontos percentuais, menor que a de 14 pontos percentuais do aluguel na Grande São Paulo. Como já foi dito para a região metropolitana (Bógus e Taschner, 1999), o aumento de proporção das casas próprias não deve ser relacionado a melhores condições financeiras.

Uma análise detalhada sobre propriedade da habitação permite inferir que o percentual de donos de imóveis costuma ser maior em países que enfrentam algum tipo de instabilidade, quer de ordem política, quer de ordem econômica e/ou social. Artigo de Fernandez Mera, publicado na *Gazeta Mercantil* de 14/7/1999 (p. A-2) afirma que

a propriedade do imóvel busca suprir a segurança que o país não fornece aos seus cidadãos, inclusive no que diz respeito à perspectiva de emprego (imóvel   garantia de renda).

Na Itália, por exemplo, 75% dos imóveis são ocupados por proprietários. Porcentuais significativos são encontrados em Portugal (66% de proprietários), Espanha (78%), Grécia (75%) e Irlanda (80%). Nos países com maior estabilidade, a locação tende a predominar, como na Alemanha (39% de proprietários), Áustria (50%) e França (54%).

Associada à crise da “década perdida” e ao crescente desemprego, a diminuição de imóveis alugados mostra que a dificuldade em pagar o aluguel vai existir em todas as camadas de renda. No anel periférico, o mais pobre, a proporção de casas alugadas diminuiu em 13,42 pontos percentuais.

A tabela 14 mostra como a taxa de crescimento domiciliar, entre 1980 e 1991,   maior que a taxa de crescimento populacional – para o município como um todo, o quadro domiciliar aumentou em 1,51% ao ano, enquanto a população cresceu a 1,16% anuais. Isto resultou numa densidade domiciliar menor em 1991 (tabela 16). Embora essa taxa de crescimento domiciliar seja maior que a populacional, em todos os anéis, é no anel periférico onde atinge seu maior valor, de 10,68% ao ano, contra um crescimento populacional de 3,09%. A proliferação de unidades domiciliares novas na periferia foi grande nos anos 80. Esse fato, juntamente com a existência de 200 mil unidades ilegais construídas no município entre 1980 e 1991, indica uma provável precariedade das casas, associada ao percentual de pobreza da periferia da cidade.

As taxas de crescimento das unidades domiciliares alugadas foram negativas em todos os anéis do município, entre 1980 e 1991 (tabela 15). A perda de casas alugadas no município foi de quase 118 mil, entre 1980 e 1991. Essa perda foi grande, sobretudo nos anéis intermediário e exterior (tabela 19).

A diminuição de imóveis alugados foi compensada pelo aumento dos próprios e dos “outros” (condição de propriedade que reúne os cedidos por empregador, por particular e outros). A enorme taxa de crescimento de “outros” no anel intermediário chama a atenção. A categoria surge nos distritos com menor renda –  gua Rasa (7,97%), Carrão (9,44%), Penha (9,08%), Vila Leopoldina (7,86%), indicando a possibilidade de aumento de arranjos não convencionais quanto   condição de propriedade, usados com maior frequência em períodos de crise e desemprego. Uma exceção refere-se ao percentual de “outros” em Moema, com inexplicáveis 8,84%. dos 73 mil imóveis a mais nessa condição de propriedade no anel, 78,6% situam-se no anel intermediário.

O aumento de 524,5 mil domicílios próprios no município é devido ao incremento de casas próprias nos anéis periféricos e exterior – quase 86% dos novos domicílios próprios em São Paulo, sendo mais de 300 mil no anel periférico. A associação pobreza–periferia–casa própria impõe-se.

Cabe ressaltar que o IBGE separou, a partir de 1991, os domicílios em que apenas a construção é própria. Como o aluguel ou cessão de lote para construção habitacional não é prática comum em São Paulo, o total de casas em que só a construção é própria deveria ser igual ao de casas faveladas. Essas estatísticas, entretanto, não coincidem: o total de casas em que só a construção é própria era de 177 mil em 1991 (tabela 18). Segundo o IBGE, o total de domicílios favelados, na época do Censo, foi de 142,8 mil. O cadastro de favelas da Sehab (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo) computa, para 1993, mais de 378 mil unidades domiciliares faveladas. Três estatísticas para o mesmo fenômeno... Tanto a definição de aglomerado subnormal (invasão com mais de 50 unidades) como a forma de coleta do IBGE tornam essa medida imprecisa. É provável que muita casa favelada esteja sendo recenseada como própria.

Outras pesquisas indicam forte crescimento de favelas no município (taschner, 1995 e 1997), mostrando o assombroso crescimento da população favelada paulistana nas 2 últimas décadas: passa-se de 1% da população morando em invasões para quase 20%, na maior metrópole industrial do país. O crescimento da população favelada entre 1987 e 1993 é de 15,22 ao ano, maior que entre 1980 e 1987, de 9,25 anuais.

Além da favela, o loteamento clandestino tem sido forma de obtenção da casa própria, mediante autoconstrução. Em 1981, órgãos oficiais levantaram 3.567 loteamentos irregulares, correspondentes a 23% da área municipal e a um terço da área urbanizada. Perante esse quadro, foi criada uma categoria de lotes com menores exigências, para reduzir os custos e permitir maior produção de lotes populares. Entretanto, o incentivo não foi suficiente; entre 1981 e maio de 1990, apenas 4.200 lotes foram submetidos à aprovação, mesmo nessa categoria especial (Barreto Silva e Castro, 1997, p. 39).

A relação inversa entre renda e propriedade domiciliar, rara nos países desenvolvidos, é freqüente no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, é justamente no anel periférico, onde a concentração de pobres e a renda média são menores, onde o porcentual de casas próprias é maior, quase 70% do total de domicílios do anel (tabela 17). E é justamente nos vetores mais ricos onde a proporção de unidades alugadas é maior – 51% das moradias no anel central e 36% no anel interior. No

anel periférico encontram-se as maiores porcentagens de casas com apenas a constru o própria, com grande probabilidade de serem faveladas. Esse fato vem de encontro às invasões nas franjas periféricas junto às áreas de preserva o dos mananciais ao sul (Guarapiranga) e ao norte (Cantareira) (tabela 18).

As condi es de saneamento do município central são melhores que as da região metropolitana. Mesmo assim, quase 11% dos domicílios da capital têm instala es sanitárias consideradas insuficientes ou não as têm (na metrópole, o porcentual era de 26%). As condi es sanitárias pioram visivelmente do centro para a periferia (tabela 20).

Em rela o ao abastecimento de água, a capital apresenta situa o boa, com 98% das casas com abastecimento de água adequado, tal como em rela o   coleta do lixo sólido, que se mostra adequada em 98,4% das casas.

Embora exista um diferencial em dire o   periferia, a tabela 20 mostra que esse diferencial é pequeno.

## Conclusões

A análise da cidade por anéis – inspirados nos anéis de Burgess, para Chicago – desvenda meandros do tecido urbano, verdadeiro *patchwork* apontando para a existência de uma estrutura social fragmentada, que tende   crescente segrega o.

A origem histórica da segrega o na cidade ocidental liga-se   Revolu o Industrial, quando o grau de urbaniza o cresce, trabalho e residência se separaram no espaço físico, e burguesia e operariado passaram a morar em locais distintos no espaço intraurbano. Uma questão importante seria porque uma cidade “escolheria” crescer da forma tradicional, com os ricos na área central e a pobreza cada vez mais empurrada para a periferia, ou se a classe média usaria seus recursos para lotear a terra virgem das áreas limítrofes, indo residir na franja suburbana, em casas individuais isoladas, formando aquilo que Fishman (1996) chamou a “utopia burguesa”, forçando a classe trabalhadora a ocupar uma zona ensanduichada entre o CBD (Central Business District) e os subúrbios ricos. Como coloca Fishman, pode-se resumir de forma grosseira que as cidades da Europa continental e as latino-americanas optaram pela estrutura tradicional, enquanto as britânicas e norte-americanas tomaram o rumo da suburbaniza o. Fishman aponta que, embora a cidade industrial seja descrita por um diagrama claro e “objetivo” pelos estudiosos

da Escola de Chicago, sua forma liga-se no fundo às escolhas e valores de grupos poderosos dentro da cidade.

A decisão da burguesia de manchester e de outras cidades industriais pioneiras em 1840 de se suburbanizar criou a estrutura básica da cidade anglo-americana, enquanto a decisão de grupo comparável em Paris nos anos 1850 e 1860 (auxiliada por considerável ajuda e intervenção governamental) em viver em apartamentos centrais, criou a cidade moderna estilo continental. (Fishman, 1996, p. 30)

Nas cidades brasileiras, o modelo tradicional – pobreza na periferia – acentuou-se no século XX. apenas depois dos anos 70 algo semelhante ao modelo americano surge em algumas cidades, com a edificação de condomínios ricos em terrenos afastados (tipo Alphaville).

O processo de segregação tem se aprofundado, no quadro de uma metrópole complexa, internacionalizada ou globalizada, onde ao lado de enormes mudanças tecnológicas – a serviço de alguns – observa-se a concentração da propriedade privada e a polarização crescente do ponto de vista social. A polarização se expressa nos níveis muito desiguais de renda, educação formal e qualificação profissional e se reflete de várias formas nos espaços da cidade.

Neles, observa-se de forma cada vez mais acentuada a presença de espaços residenciais e comerciais exclusivos, a privatização de espaços públicos, com o “fechamento” de ruas e praças para garantir a segurança de setores da população ameaçados pelas “classes perigosas”. Tal privatização dos espaços públicos pode ocorrer tanto em áreas centrais, onde residem os maiores percentuais de famílias de alta renda, como em áreas menos segregadas e menos centrais, onde a presença acentuada da pobreza constitui uma ameaça às famílias de “renda média” que, muitas vezes, “expulsas” das áreas centrais, devido a valores imobiliários incompatíveis com seus salários, reproduzem nos novos locais de residência os processos vigentes nas áreas mais valorizadas.

Esse processo pode ser, também, inserido no contexto que Marcuse (1997) denomina “cidadela”, que serve para designar os grandes condomínios cercados, de casas e apartamentos, em que guardas particulares e sistemas *high-tech* de segurança buscam garantir que os mais pobres e menos poderosos fiquem “de fora” da vizinhança. Dentre as “cidadelas” detectadas hoje em grandes metrópoles, pode-se perceber segundo o autor, algumas habitadas por aqueles que estão no “topo” em termos de poder econômico e político. Outras, no entanto, são ocupadas por famílias “bem sucedidas”, que embora não estejam no topo da escala social, sentem-se vulneráveis em relação aos mais pobres, em cuja proximidade residem e

querem manter-se longe deles. A este segundo tipo, Marcuse denomina “*exclusionary enclaves*” (p. 247).

Considerando-se o quadro mais amplo dos debates teóricos recentes, que colocam a necessidade de rever o modelo de dualização da estrutura socioespacial, para o caso das metrópoles brasileiras (Lago, 1998), cabem aqui algumas observações a partir da análise ainda muito preliminar dos dados.

De fato, esta primeira aproximação aponta para a presença da pobreza em todo o espaço municipal, a exemplo do que ocorre no conjunto da região metropolitana (Bógus e Taschner, 1999), o que indica uma estrutura espacial não dual, com o aumento relativo das camadas m didas nas áreas periféricas. Entretanto, nossos dados para o MSP apontam, também, e com força relativa considerável, para a existência de espaços fortemente segregados, onde a presença, seja da população de alta renda e alta qualificação profissional, seja de população de baixa renda e precária qualificação para o trabalho, é pouco permeada por elementos de outras camadas sociais.

É nesse contexto que, segundo Lago (1998, p. 3), “emergem novas modalidades de segregac o socioespacial baseadas na exclusividade residencial e comercial, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas”.

Entretanto, se de um lado pode-se falar da existência de espaços quase exclusivos para as categorias superiores/inferiores na escala social, por outro lado detecta-se a diversificação da estrutura social e redistribuição no espaço urbano, particularmente das camadas de renda média.

Tais camadas buscam, em geral, localizar-se em áreas próximas às habitadas por população de alta renda, estando também dispersas – como já foi apontado – por toda região metropolitana, criando espaços sociais mistos ou de estruturação social mais complexa, tecido indistinto, retalhado e remendado, um complicado “*patchwork*” urbano...

## Notas

- 1 Tais estudos, de caráter comparativo, integram o projeto “Metrópole, desigualdades sócio-espaciais e governança urbana”, financiado pelo MCT-Pronex, 1998-2002.
- 2 A Grande São Paulo, na década de 60 possuía uma taxa de crescimento populacional de 5,56% ao ano; essa taxa reduziu-se para 4,46% nos anos 70 e para 1,87% entre 80 e 91, atingindo 1,44% no período 1991-1996.



- 3 Há diferença entre o dado fornecido por Barreto e Silva e Castro (1997), de 480 mil unidades e o nosso, de 438 mil.
- 4 Cabe esclarecer que são dispensados do “habite-se” unidades habitacionais construídas e comercializadas pelo poder público.
- 5 O total de chefes ocupados na região metropolitana era de 2,78 milhões em 1991, dos quais 1,79 milhão residia no município central e 1,01 milhão nos municípios periféricos

## Referências bibliográficas

- ASCHER, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir de la ville*. Paris, Éditions Odile Jacob.
- BARRETO SILVA, H. M. e CASTRO, C. M. P. de (1997). A legislação, o mercado e o acesso à habitação em São Paulo. Workshop habitação: como ampliar o mercado? IPT, 25 a 27 de agosto
- BETTIN, G. (1982). *Los sociólogos de la ciudad*. Barcelona, Gustavo Gili.
- BERQUÓ, E. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. (org.). *História da vida privada no Brasil; 4*. São Paulo, Cia. das Letras, pp. 411-438.
- BÓGUS, L. e MONTALI, L. (1994). A reestruturação metropolitana de São Paulo, *Revista Margem*, n. 3, São Paulo, Educ, pp. 159-178.
- BÓGUS, L. e TASCHNER, S. P. (1999). São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, Campinas, maio, pp. 153-174.
- BURGESS, E. W. (1929). “Urban Areas”. In: SMITH, T. V. e WHITE, L. (ed.). *Chicago: an experiment in social research*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 113-138.
- CANO, W. e PACHECO, C. A. (1992). *São Paulo no limiar do século XXI*, v. 1, São Paulo, Fundação Seade.
- CARDOSO, A. L. e QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (1996). *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ.
- CASTELLS, M. (1991). *The informational society*. Oxford, Blackell.
- COULON, A. (1995). *A escola de Chicago*. Campinas, Papirus.
- EUFRÁSIO, M. A. (1999). *Estrutura urbana e ecologia humana*. São Paulo, Editora 34.
- FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) (1994). *Cortiços na cidade de São Paulo*. São Paulo, Fipe/USP, março.
- FISHMAN, E. (1996). “Burgueios utopias: visions of suburbia”. In: FAINSTEIN, S. e CAMPBELL, S. (ed.). *Readings in urban theory*. Oxford, pp. 23-60.

- FRÚGOLI, H. (1998). *O Centro, a avenida Paulista e a avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associa es: dualidade urbana e exclusão social*. Tese de doutoramento apresentada   FFLCH, USP, Sociologia.
- GOTTDIENER, M. (1993). *A produ o social do espaço*. São Paulo, Edusp.
- GOTTMANN, J. (1996). *Megapolis. The urbanized northeastern seaboard of the United States*. Cambridge, Massachusetts, The M.I.T. Press.
- LAGO, L. C. (1998). *Estrutura o urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades sócio-espaciais na metrópole do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento apresentada   FA/USP, São Paulo.
- MARCUSE, P. (1997). "The enclave, the citadel and the guetto. What has changed in the post-fordist U.S. City". *Urban Affairs Review*, Sage Pbl. Inc., v. 33, n. 2, nov., pp. 228-264.
- PATARRA, N. et al. (1997). *Migra o, condi es de vida e dinâmica urbana. São Paulo: 1980-1993*. São Paulo, Unicamp/Fapesp.
- PRETECEILLE, E. (1994). "Cidades globais e segmenta o social". In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. e. SANTOS JUNIOR, O. *Globaliza o, fragmenta o e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civiliza o Brasileira, pp. 65-92.
- SANT'ANNA, M. J. G. (1998). *Cidade, habita o e família contemporânea. Os flats cariocas como uma nova forma de morar*. Tese de doutoramento apresentada   FAU/USP.
- SÃO PAULO, MUNICÍPIO (1977). Empresa Municipal de Urbaniza o. Departamento de Estudos Urbanos – *Análise demográfica do município de São Paulo*. São Paulo, Emurb, julho (mimeo).
- SASSEN, S. (1991). "The Global city". In: FAINTEIN, S. and CAMPBELL, S. (ed.). *Readings in urban theory*. Oxford, Blackwell, pp. 61-71.
- TASCHNER, S. P. (1990). Habita o e demografia intra-urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de Popula o*, v. 7, n. 1, Campinas, janeiro/junho, pp. 3-34.
- \_\_\_\_\_ (1993). "São Paulo: moradia da pobreza e o redesenho da cidade". In: FADDA, G. (compiladora). *La urbe latinoamericana: balance y perspectivas a las puertas del tercer milenio*. Caracas, Fondo Editorial Acta Científica y Humanística, pp. 177-208.
- \_\_\_\_\_ (1995). "Compreendendo a cidade informal". In: Anais do Seminário Internacional *Compreendendo a cidade informal*. Belo Horizonte, 11 a 15 de setembro, pp. 57-76.
- \_\_\_\_\_ (1997). Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. *Cadernos de Pesquisa do LAP 18*, FAU/USP, março-abril.
- VAN KEMPEN, R. e MARCUSE, P. (1997). A new spatial order in cities? *American Behavioral Scientist*, nov/dez, pp. 285-298.
- V ERAS, M. P. B. (1997). Novos olhares sobre São Paulo – notas introdutórias: espaços e

sujeitos da cidade mundial. *Revista Margem*. São Paulo, PUC/SP/Fapesp, v. 6, dez., pp. 65-82.

WACQUANT, L. (1995). Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n. 43, nov., pp. 64-83.

WILSON, W. J. (1987). *The truly disadvantaged*. Malden, Blackwell.

## Nota Metodológica 1

De acordo com a metodologia adotada no Projeto “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana” (Pronex) foram definidas as seguintes categorias socioocupacionais:

### 1 – Ocupações agrícolas

Ocupações agrícolas – formadas por todas as ocupações agrícolas, sendo que, em relação às categorias criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor, apenas as pessoas com renda inferior a 20 salários mínimos mantêm-se nesta categoria.

### 2 – Elite dirigente

Grandes empresários – formada pelos empregadores com alto *score* (renda+educação), com exceção das ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais, e mais os outros empregadores (baixo *score*) com renda acima de 20 salários mínimos.

Dirigentes do setor público – formada pelas ocupações do alto escalão do setor público (ministros, magistrados, procuradores, diretores).

Dirigentes do setor privado – formada pelas ocupações de administradores de empresas com alto *score* e renda cima de 20 salários mínimos.

Profissionais liberais – formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados) agregando empregadores e conta própria.

### 3 – Pequena burguesia

Pequenos comerciantes – formada pelos comerciantes empregadores, com renda abaixo de 20 salários mínimos.

Pequenos empregadores urbanos – formada pelos empregadores com baixo *score*, excluídos os comerciantes com renda abaixo de 20 salários mínimos.

Comerciantes por conta própria – formada pela ocupação comerciante conta própria.

Profissionais aut nomos de nível superior – formada por profissionais de nível superior, excluídas as ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais, por conta própria.

Empregados de nível superior – formada por profissionais de nível superior, empregados.

### 5 – Trabalhadores não-manuais de nível médio

Trabalhadores não-manuais em atividades de rotina – formada pelas ocupações que executam atividades de rotina, tais como secret rias, auxiliares administrativos, auxiliares de escritório, recepcionistas.

Trabalhadores não-manuais em atividades de supervisão – formada pelas ocupações que executam atividades de supervisão, tais como assistentes de administração, encarregados de administração, corretores de imóvel, administradores do comércio.

Trabalhadores não-manuais em atividades técnicas e artísticas – formada pelas ocupações que executam atividades técnicas e artísticas, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos, fotógrafos.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de saúde e educação – formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de saúde e educação, tais como professores e enfermeiras não-diplomadas.

Trabalhadores não-manuais nas áreas de segurança pública, justiça e correios – formada pelas ocupações diretamente ligadas às áreas de segurança pública (polícia e forças armadas), justiça e correios, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas, carteiros.

### 6 – Trabalhadores do comércio e serviços

Trabalhadores do comércio – formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa, praticistas e representantes comerciais.

Prestadores de serviços – formada pelos trabalhadores que prestam algum tipo de serviço, tais como cozinheiros, mecânicos, cabeleireiros, vigias, porteiros, procadores, embarcadores, excluídos os profissionais aut nomos especializados (mecânicos, sapateiros, motoristas, eletricitistas...) com renda acima de 10 salários mínimos.

### 7 – Trabalhadores manuais da indústria e serviços

Trabalhadores manuais da indústria moderna – formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor moderno: metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transportes, papel, borracha, química, produção de petróleo, farmacêutico, perfume e sabão, editoração gráfica, fumo.

Trabalhadores manuais da indústria tradicional – formada pelos trabalhadores manuais das indústrias do setor tradicional: o restante dos ramos, exceto a construção civil.

Profissionais aut nomos – formada pelos trabalhadores manuais aut nomos especializados, com renda acima de 10 salários mínimos, tais como pintores, pedreiros, costureiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, cabeleireiros, motoristas, mecânicos.

Trabalhadores manuais da construção civil – formada pelas ocupações diretamente ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiros.

### 8 – Trabalhadores da sobrevivência

Empregados domésticos – formada pela ocupação empregado doméstico, pelas ocupações enfermeiro não-diplomado, motorista e jardineiro, cujo ramo de atividade seja doméstico e pela ocupação lavadeira, cuja posição seja conta própria.

Ambulantes – formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros, outras ocupações ambulantes.

Biscateiros – formada pelos guardadores de automóveis, trabalhadores braçais, engraxates.

Tais categorias foram construídas com base nas ocupações classificadas pelo Censo Demográfico de 1980, usando a variável renda com “proxis”.

## Nota metodológica 2

A divisão do tecido urbano de São Paulo em 5 anéis seguiu metodologia proposta por Taschner, em trabalho para a Empresa Municipal de Urbanização (São Paulo, 1977), posteriormente reutilizada em publicação de 1990 (Taschner, 1990).

A construção dos anéis deu-se privilegiando a variável demográfica proporção de população jovem (com até 15 anos de idade) sobre a população total em 1970. Agruparam-se os então subdistritos e distritos componentes do município em 1970 em 5 conjuntos: o *anel central*, com unidades territoriais em torno de 15% de população jovem; o *anel interior*, com cerca de 20% de população com menos de 15 anos; o *anel intermediário*, com quase 30% da população considerada jovem; o *anel exterior*, com 35%; e o *anel periférico*, com subdistritos e distritos com cerca de 40% de população entre 0 e 15 anos.

O *anel central* agrupava 7 subdistritos junto ao centro histórico da cidade: Bela Vista, Cerqueira César, Consolação, Liberdade, Santa Cecília, Santa Ifigênia e Sé.

O *anel interior* compunha-se de 13 subdistritos com comportamento etário semelhante ao anel central nos grupos mais velhos, mas com especificidade em relação aos subgrupos jovens (população com menos de 1 ano e de 5 a 14 anos). Faziam parte deste anel os subdistritos de Aclimação, Barra Funda, Belenzinho, Bom Reito, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, pinheiros e Vila Mariana.

Um outro padrão de distribui o de idades foi encontrado em 10 subdistritos, já mais longe do centro histórico. A esse grupo chamou-se *anel intermediário*, que era composto de: Alto da Mooca, Ibirapuera, Indian polis, Ipiranga, Lapa, Penha, Saúde, Vila Guilherme, Vila Madalena e Tatuapé. Neste anel, a porcentagem de popula o jovem, em 1970, era em torno de 30%, caindo para 25% em 1980.

Os rios Pinheiros e Tietê de certa forma ajudaram a definir os limites de outro anel, cujo porcentual de popula o jovem estava em torno de 35% em 1970 e 30% em 1980. O *anel exterior* era constituído de 16 subdistritos: Butantã, Cangaíba, Casa Verde, Jabaquara, Limão, Nossa Senhora do  , Pirituba, Santana, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Jaguara, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Nova Cachoeirinha, Vila Prudente e Sapopemba.

O *anel periférico* agregava subdistritos e distritos com porcentual maior de popula o jovem, cerca de 40%. Suas unidades eram: Brasilândia, Santo Amaro, Socorro, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, São Mateus, Jaraguá, Parelheiros, São Miguel e Itaim Paulista (este último criado em 1980 a partir de São Miguel).

Os chamados *anéis central e interior* correspondiam   grande zona central, tal como foi definida pelo Plano Diretor de 1985. A zona intermediária do Plano Diretor congregava os *anéis intermediários e exterior*, além dos subdistritos de Vila Jaguara e Pirituba. A zona periférica coincidia praticamente com o *anel periférico*, com a única diferença de Brasilândia. O mapa 1 mostra a divisão em anéis em 1970 e 1980.

Em 1991, o IBGE usou nova divisão da trama urbana, mudando-a para 96 distritos. Como já se tinha alguns trabalhos com a divisão anterior, para fins de compara o achamos interessante continuar com unidades territoriais equivalentes. Para isso comparou-se o desenho dos anéis de 1970-80 com o mapa base, de 96 distritos, de 1991, procurando-se manter o traçado anterior e compatibilizando-o com os novos distritos. Nem sempre os limites coincidiam e não usamos os setores censitários. Como variável controle, além do traçado, usamos os totais populacionais por anel, conforme quadro abaixo.

**Comparação entre totais populacionais por anel, base 1980 e 1991**

Anel	Pop. 1991 (base distritos 1980)	Pop. 1991 (base distritos 1991)
Central	374445	385472
Interior	705542	689177
Intermediário	1470143	1418956
Exterior	3240351	3277970
Periférico	3836417	3874630
Município São Paulo	9626898	9646205

A população total apresenta diferença, dado que as somas dos distritos em 1980 e em 1991 fornecem resultados distintos. Mas tanto o total municipal como os dos anéis apresentam aproximação aceitável. Dessa forma, os novos distritos foram agrupados nos 5 anéis de estudo, conforme mapa 2.

São componentes do:

*Anel central* (6): Bela Vila, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé.

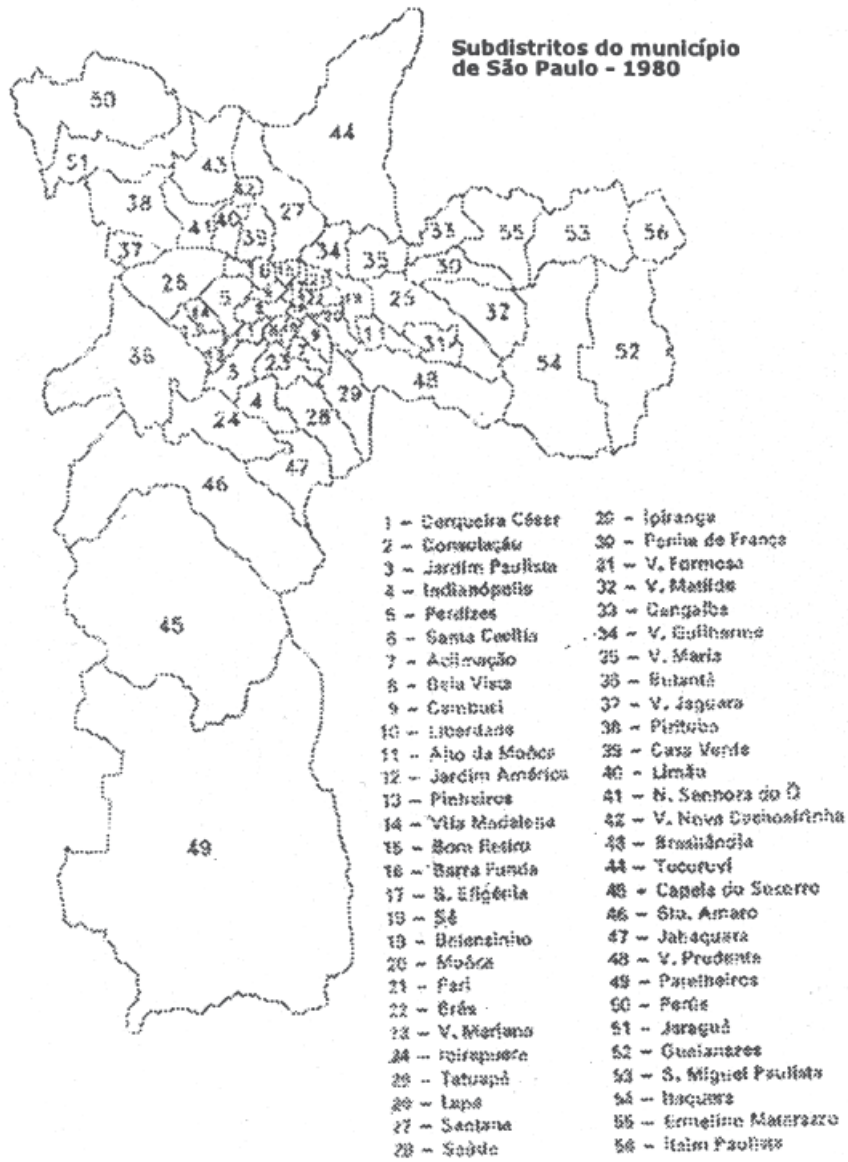
*Anel interior* (11): Barra Funda, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana.

*Anel intermediário* (15): Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, Carrão, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina.

*Anel exterior* (28): Aricanduva, Butantã, Cachoeirinha, Cangaíba, Casa Verde, Cidade Ademar, Freguesia do Ó, Jabaquara, Jaçanã, Jaguará, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Pirituba, Rio Pequeno, Santana, São Lucas, Sapopemba, Tremembé, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sonia e São Domingos.

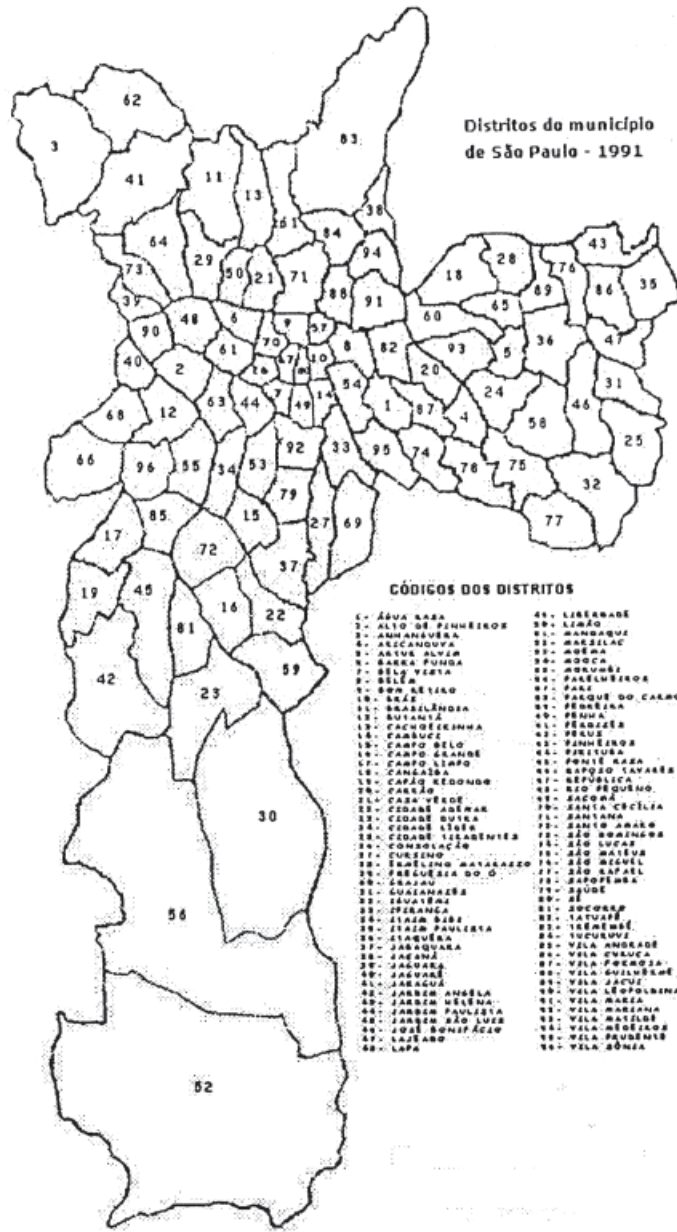
*Anel periférico* (36): Ananguera, Artur Alvim, Brasilândia, Campo Grande, Campo Limpo, Capão Redondo, Cidade Dutra, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Marsillac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Raposo Tavares, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Lajeado.

Mapa 1

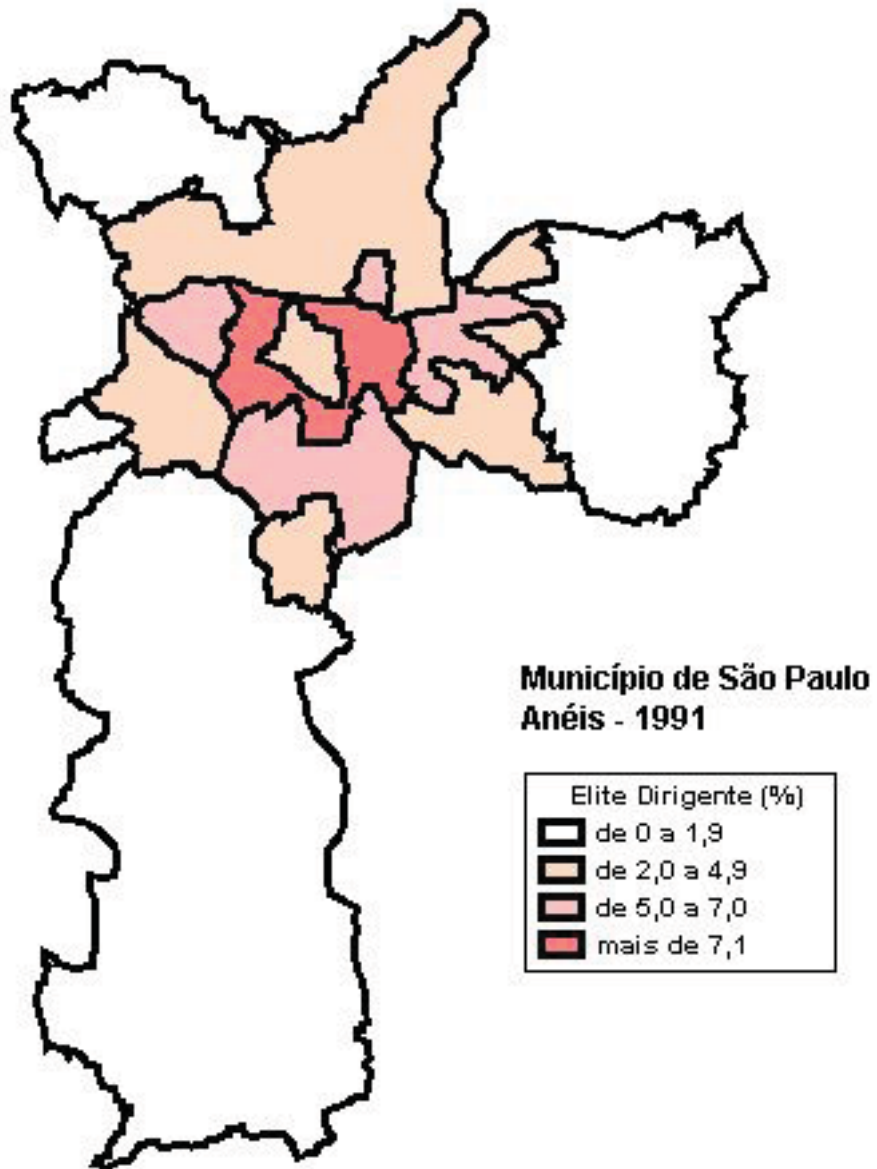




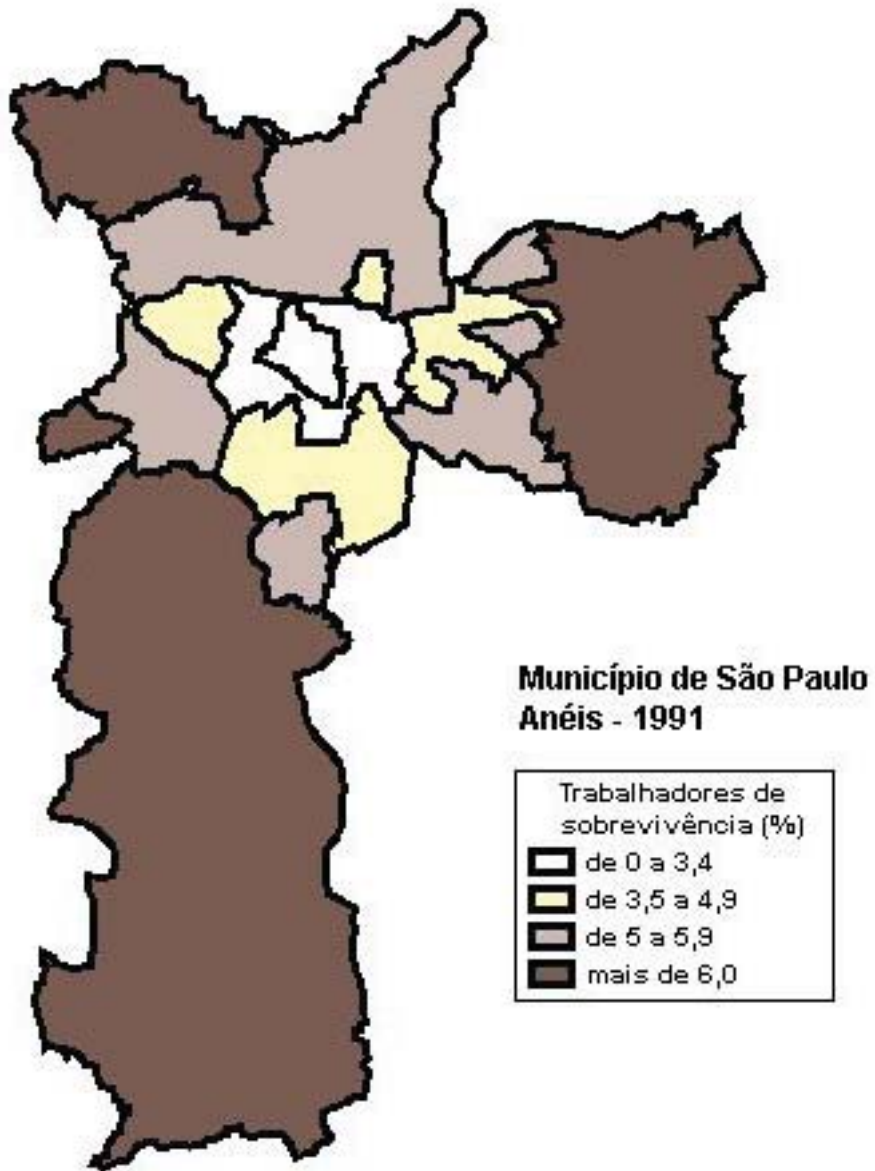
Mapa 2



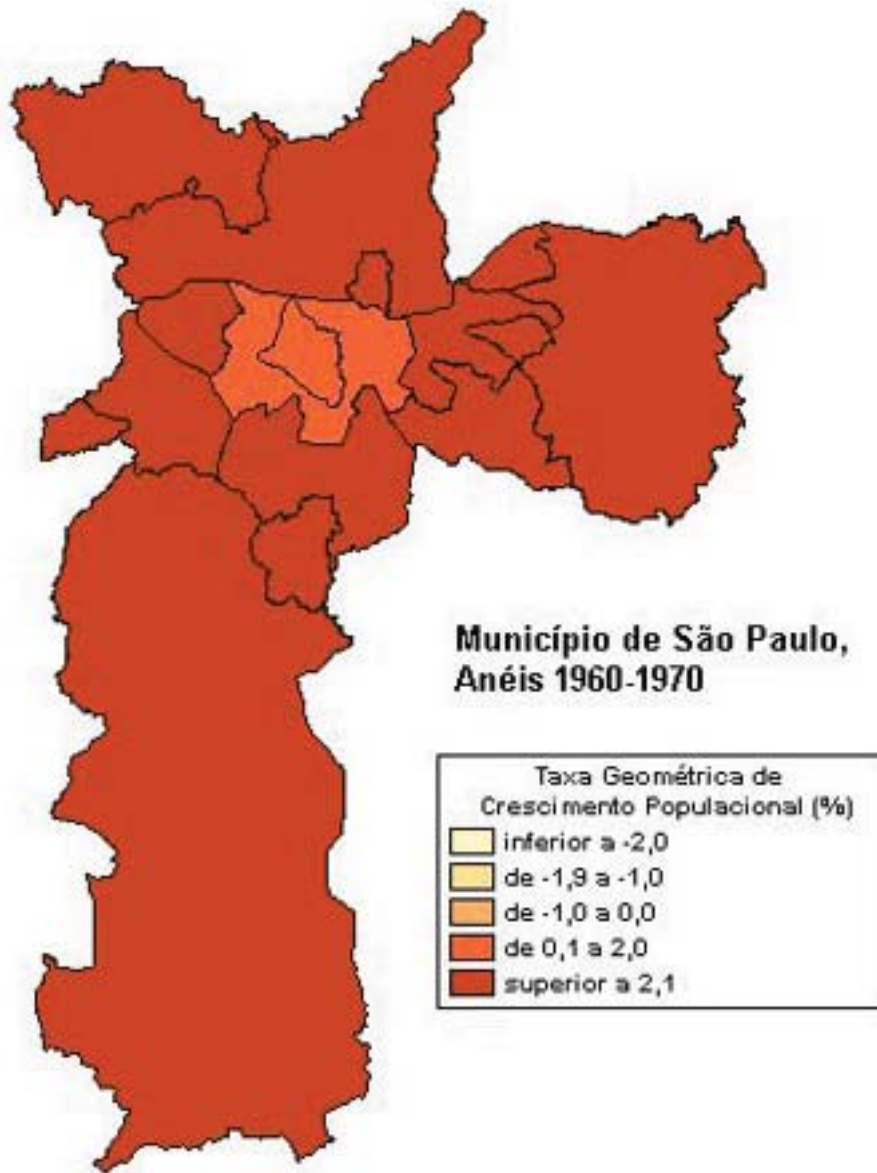
Mapa 3



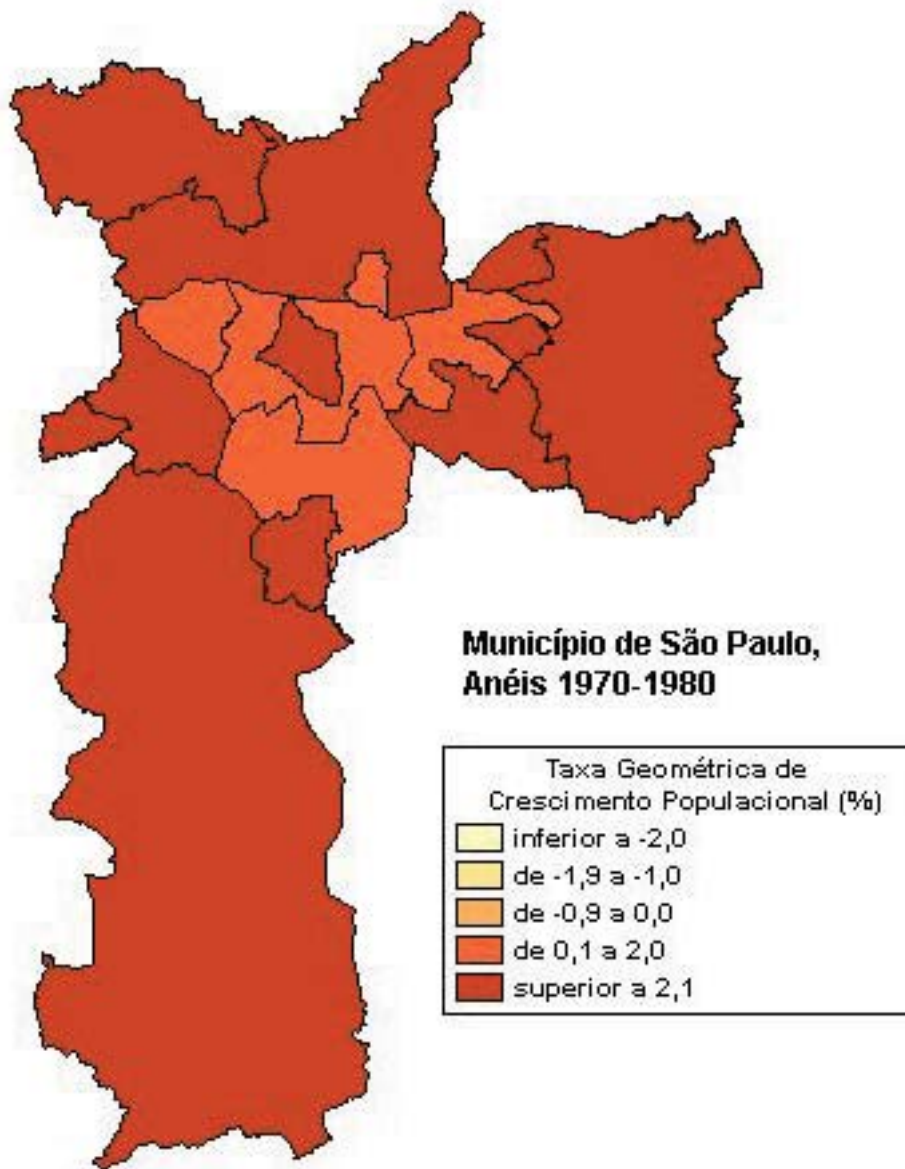
Mapa 4



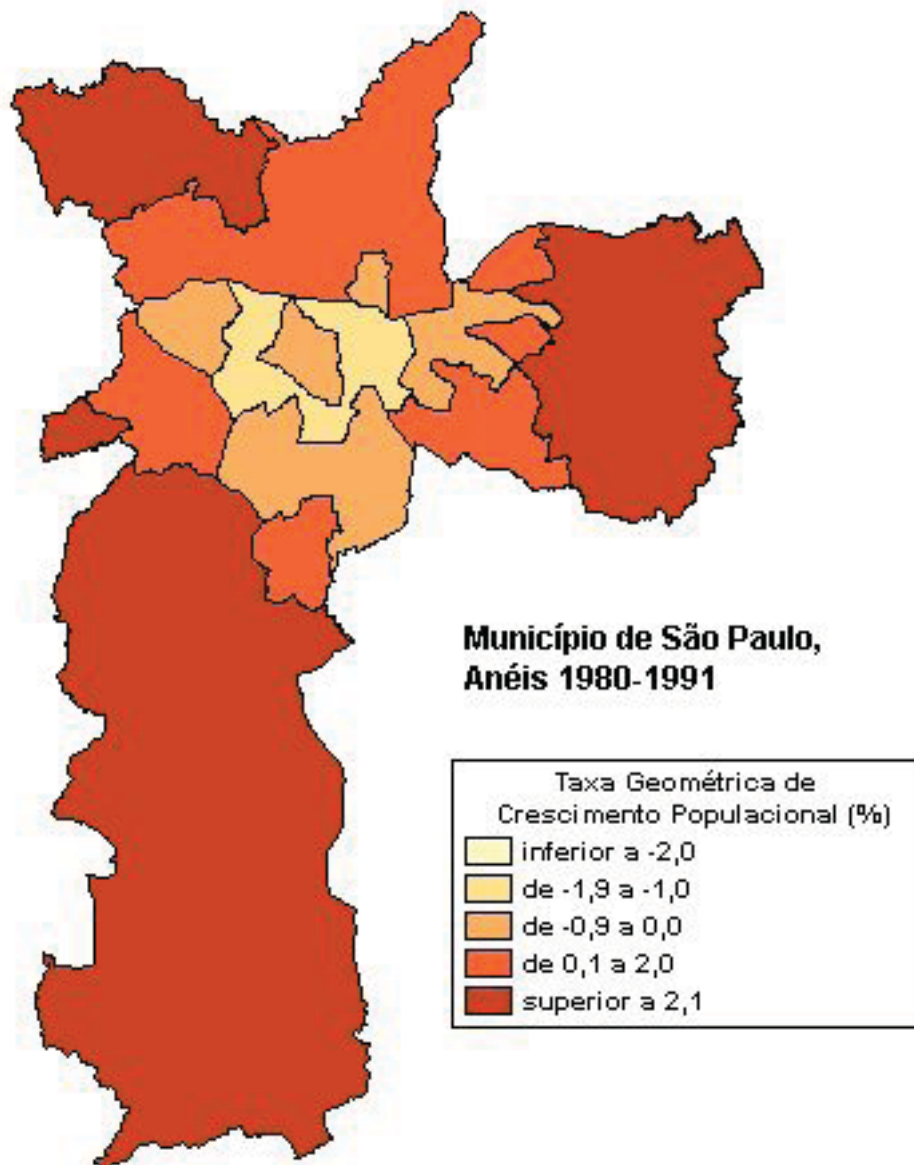
Mapa 5



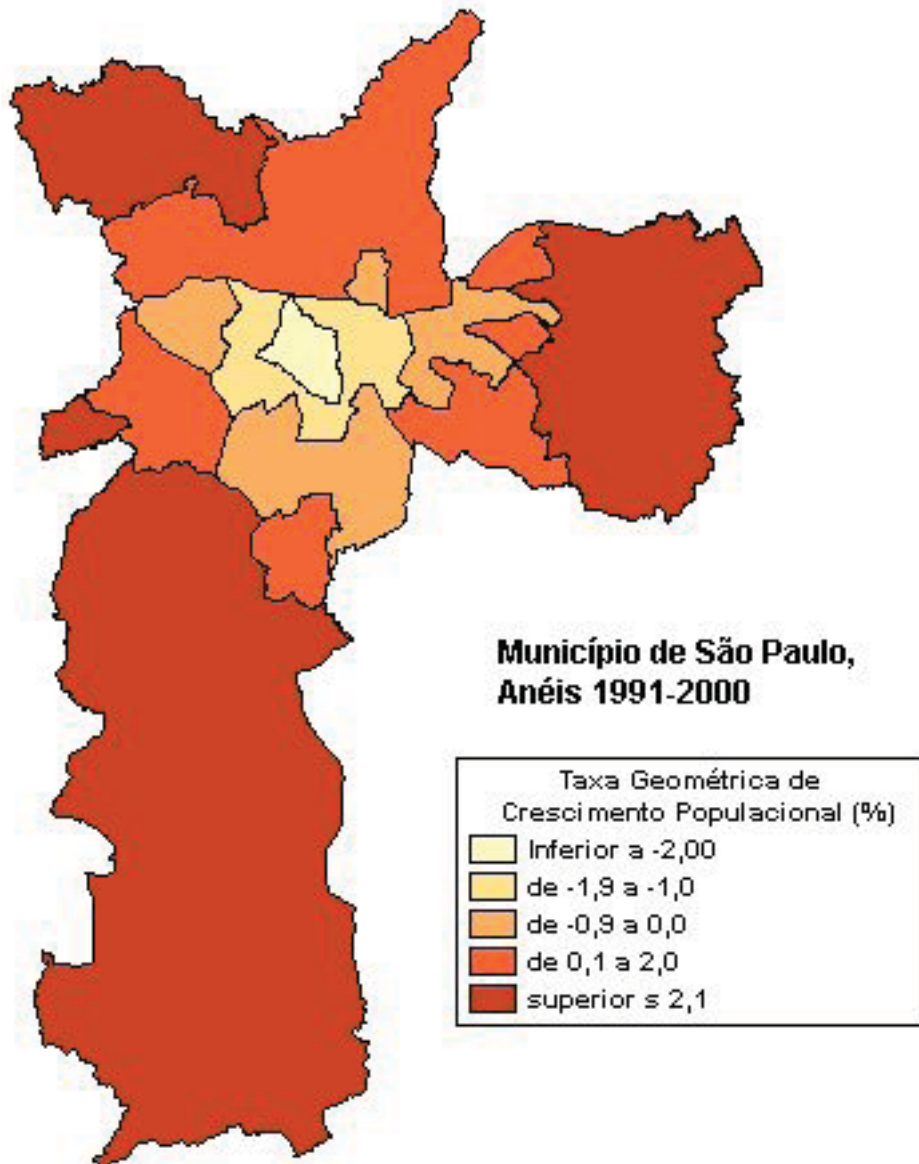
Mapa 6



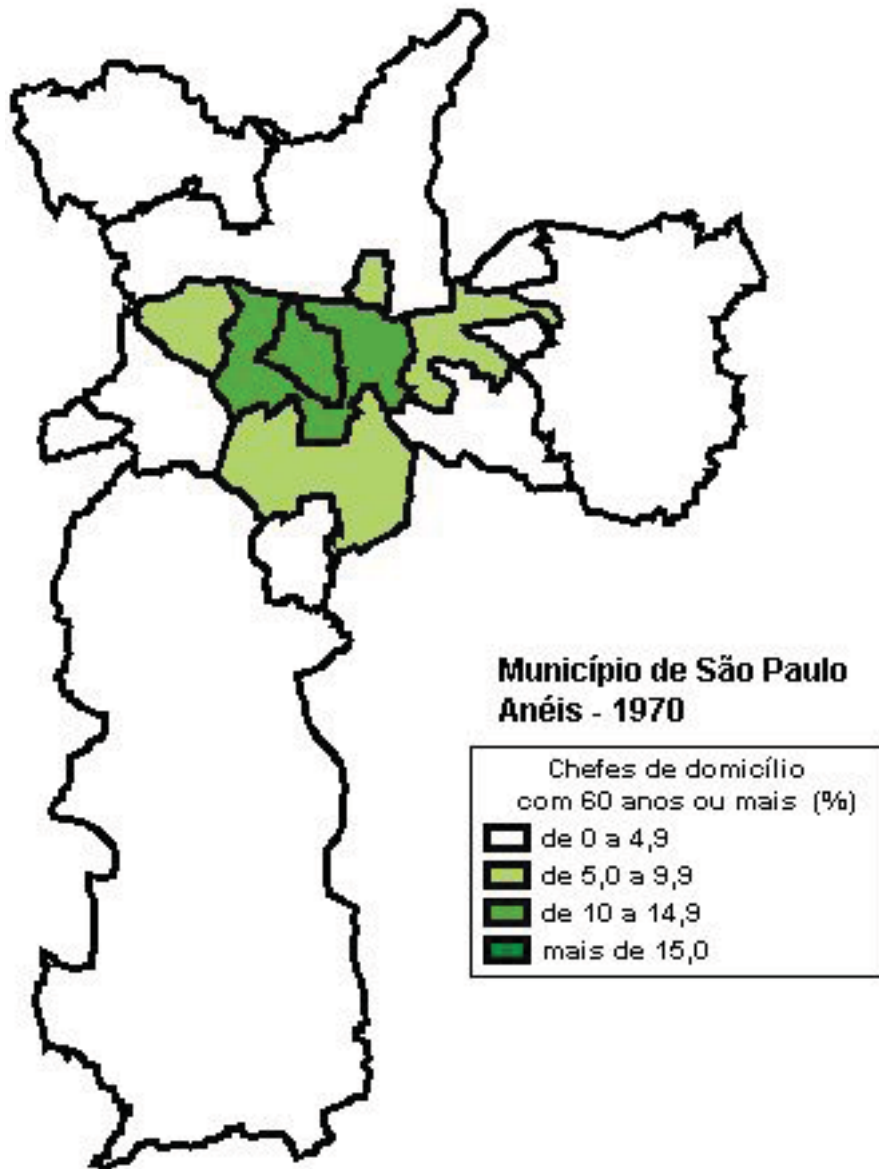
Mapa 7



Mapa 8

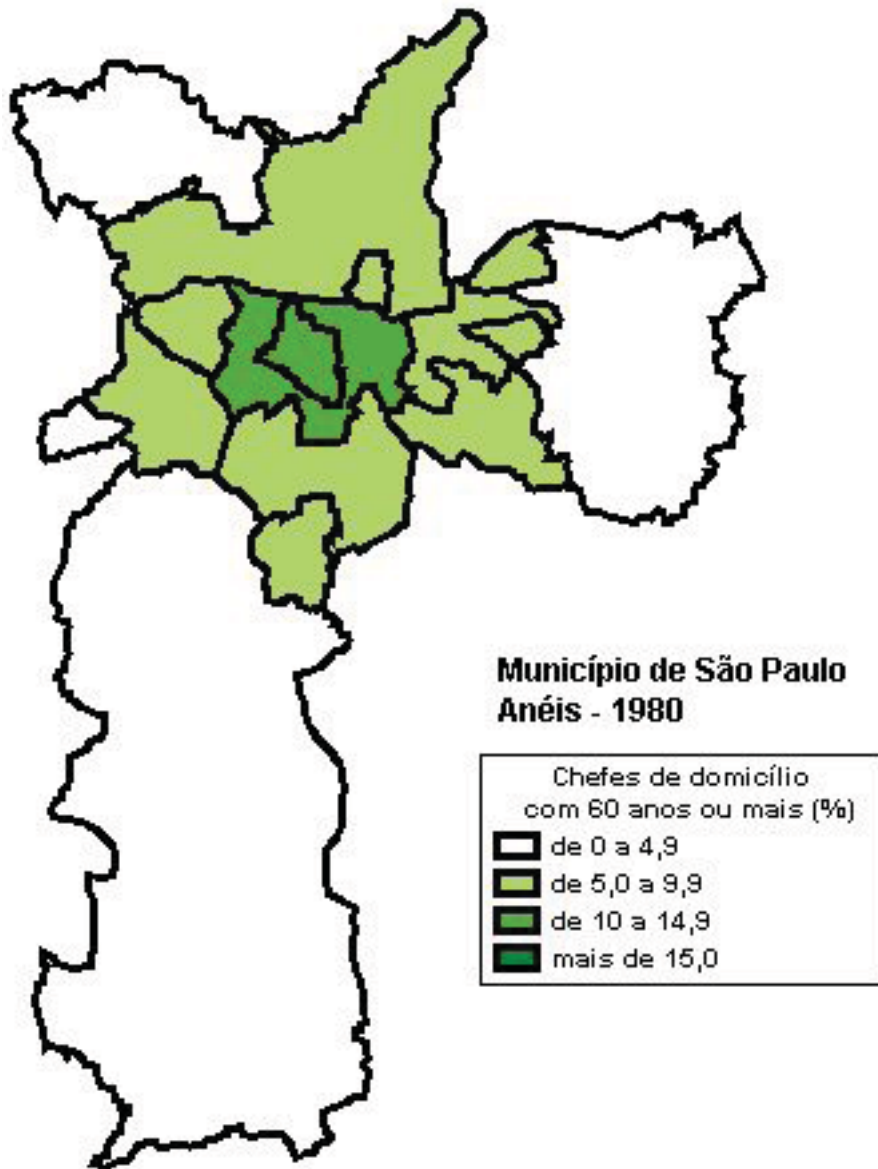


Mapa 9

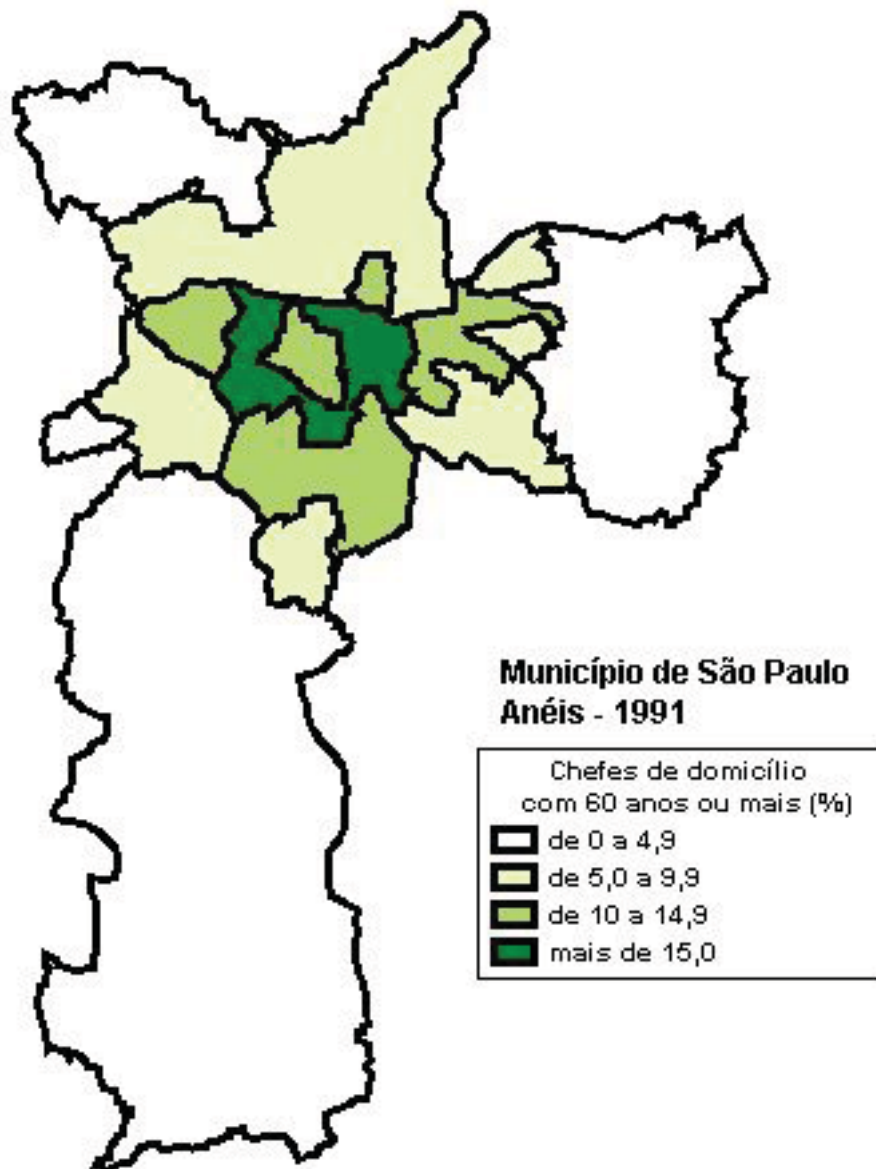




Mapa 10



Mapa 11



**Tabela 1**  
**Município de São Paulo: taxas geométricas de crescimento populacional**

Anel	60-70	70-80	80-91	91-96
central	0,72	2,23	-0,91	-2,79
interior	0,08	1,26	-1,14	-2,43
intermediário	2,79	1,28	-0,68	-1,44
exterior	5,52	3,13	0,86	-0,51
periférico	12,90	7,42	3,09	2,48
total	4,79	3,67	1,16	0,40

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996.

**Tabela 2**  
**Município de São Paulo: incrementos populacionais por anel, 1960-1996**

Anel	60-70	%	70-80	%	80-91	%	91-96	%
central	22635	1,02	84531	3,33	-40811	-3,54	-50893	-26,39
interior	5168	0,23	94648	3,61	982401	-8,01	-79693	-41,32
intermediário	324375	14,64	182433	7,19	-110274	-9,56	-99074	-51,37
exterior	910791	41,11	762046	30,02	294856	25,57	-82395	-42,72
periférico	952372	42,99	1417953	55,86	1101609	95,54	504922	261,80
total	2215341	100,00	2538611	100,00	1152979	100,00	192867	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996.

**Tabela 3**  
**Município de São Paulo: população por anéis**

Anel	60-70	%	70-80	%	80-91	%	91-96	%
central	22635	1,02	84531	3,33	-40811	-3,54	-50893	-26,39
interior	5168	0,23	94648	3,61	982401	-8,01	-79693	-41,32
intermediário	324375	14,64	182433	7,19	-110274	-9,56	-99074	-51,37
exterior	910791	41,11	762046	30,02	294856	25,57	-82395	-42,72
periférico	952372	42,99	1417953	55,86	1101609	95,54	504922	261,80
total	2215341	100,00	2538611	100,00	1152979	100,00	192867	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996.

**Tabela 4**  
**Município de São Paulo: estrutura etária da população por anel em 1970 (em porcentagem)**

Grupo etário	ANEL					
	central	interior	intermediário	exterior	periférico	MSP
0-14	14,89	21,16	28,86	34,87	41,79	32,40
15-29	34,57	28,74	28,70	29,00	27,60	28,87
30-44	22,70	21,98	25,50	18,99	18,84	20,50
45-59	16,33	16,40	13,44	10,79	8,11	11,76
60 e mais	10,59	10,85	7,13	4,50	3,33	6,08
idade ignorada	0,93	0,92	0,39	0,94	0,33	0,39
total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1970.

**Tabela 5**  
**Município de São Paulo: estrutura etária da popula o por anel em 1980**  
**(em porcentagem)**

Grupo etário	ANEL					
	central	interior	intermediário	exterior	periférico	MSP
0-14	15,50	19,56	24,68	30,57	37,34	29,95
15-29	35,95	32,29	31,39	31,82	31,55	31,90
30-44	22,49	20,95	20,37	19,79	19,05	19,89
45-59	15,04	15,73	14,88	11,94	8,48	11,85
60 e mais	10,95	11,40	8,63	5,82	3,51	6,35
idade ignorada	0,07	0,07	0,05	0,06	0,07	0,06
total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1980.

**Tabela 6**  
**Município de São Paulo: estrutura etária da popula o por anel em 1991**  
**(em porcentagem)**

Grupo etário	ANEL					
	central	interior	intermediário	exterior	periférico	MSP
0-14	17,95	19,56	24,68	30,57	37,34	29,95
15-29	27,77	32,29	31,39	31,82	31,55	31,90
30-44	26,34	20,95	20,37	19,79	19,05	19,89
45-59	14,46	15,73	14,88	11,94	8,48	11,85
60 e mais	13,49	11,40	8,63	5,82	3,51	6,35
total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991.

**Tabela 7**  
**Município de São Paulo: sexo dos chefes de domicílio, por anel, 1991**

Anel	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
central	86199	64,23	47998	35,77	134197	100,00
interior	148376	71,49	59166	28,51	207542	100,00
intermediário	305326	78,14	85435	21,86	390761	100,00
exterior	668641	81,32	153553	18,68	822194	100,00
periférico	744101	83,22	150070	16,78	894171	100,00
total	1952643	79,74	496222	20,26	2448865	100,00

Fonte: Tabula es especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 8**  
**Proporção de homens e mulheres por anel, 1991 e 1996**

Anel	Homens		Mulheres	
	1991 - %	1996 - %	1991 - %	1996 - %
central	46,19	45,61	53,81	54,39
interior	45,33	44,94	54,67	55,06
intermediário	47,03	46,54	52,97	53,46
exterior	48,53	48,15	51,47	51,85
periférico	49,19	48,87	50,81	51,13
total	48,25	47,97	51,75	52,03

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996.

**Tabela 9**  
**Município de São Paulo: cor dos chefes de domicílio, por anel, 1991**

Anel	Brancos	%	Não brancos	%	Total	%
central	107512	80,69	25721	19,31	133233	100,00
interior	180084	87,36	26067	12,64	206151	100,00
intermediário	322624	83,10	65594	16,90	388218	100,00
exterior	590155	72,18	227472	27,82	817627	100,00
periférico	521551	58,62	368182	41,38	889733	100,00
total	1721926	70,72	713036	29,28	2434962	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 10**  
**Município de São Paulo: escolaridade dos chefes, em anos de estudo, por anéis, 1991**

Anel	nenhum	%	1 a 4 anos	%	5 a 8 anos	%	9 a 11 anos	%	12 e mais	%	total	%
central	4209	3,15	26416	19,75	21680	16,21	32390	24,21	49089	36,69	133784	100,00
interior	6510	3,14	43821	21,14	28349	13,68	41578	20,06	87015	41,98	207273	100,00
intermediário	22954	5,89	122057	31,30	65197	16,74	72088	18,51	107134	27,51	389430	100,00
exterior	76939	9,40	332091	40,59	169697	20,74	130938	16,00	108514	13,26	818179	100,00
periférico	107955	12,14	407437	45,81	214276	24,09	103864	11,68	55902	6,29	889434	100,00
total	218567	8,96	931822	38,22	499199	20,47	380858	15,62	407654	16,72	2438100	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 11**  
**Município de São Paulo: faixa etária dos chefes de domicílio, por anéis, 1991**

Anel	0 a 14	%	15 a 24	%	25 a 44	%	45 a 64	%	65 e mais	%	total	%
central	52	0,04	7510	5,60	65116	48,52	40629	30,28	20890	15,17	143197	100,00
interior	81	0,04	6883	3,37	89104	42,93	72016	34,70	39349	18,96	207543	100,00
intermediário	102	0,03	13366	3,42	176766	45,24	139824	35,78	60701	15,53	390759	100,00
exterior	248	0,03	41486	5,05	422657	51,41	272744	33,17	85069	10,35	822199	100,00
periférico	260	0,03	65724	7,35	522010	58,38	253112	28,31	53068	5,93	894174	100,00
total	743	0,03	134969	5,49	1275653	51,90	778325	31,67	259077	10,54	2457872	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 12**  
**Município de São Paulo: renda dos chefes de domicílio, em salários mínimos, por anéis, 1991**

Anel	0 a 1 sm	%	1 a 2 sm	%	2 a 5 sm	%	5 a 10 sm	%	10 a 20 sm	%	mais de 20 sm	%	sem renda	%	total	%
central	2875	2,15	11117	8,30	34798	25,98	33842	25,26	26341	16,66	19296	14,40	5696	4,25	133965	100,00
interior	6957	3,50	17937	9,03	41477	20,89	41346	20,83	43871	22,10	46946	23,65	8764	4,41	198534	100,00
intermediário	19025	4,87	44590	11,42	102164	26,17	83413	21,37	69014	17,68	56109	14,37	16025	4,11	390340	100,00
exterior	46080	5,61	127565	15,53	286221	34,86	182517	22,23	97576	11,88	4787	5,83	33331	4,06	821161	100,00
periférico	51154	5,73	161708	18,11	373952	41,89	183695	20,58	62588	7,01	26972	3,02	32733	3,67	892802	100,00
total	126091	5,17	362917	14,89	660173	27,09	524813	21,54	299390	12,29	15410	6,32	96549	3,96	2436802	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 13**  
**Município de São Paulo: categoria socioocupacional do chefe de domicílio, por anel, 1991**

Anel	agrícolas	%	elite dirigente	%	burguesia	%	nível superior	%	nível médio	%	com./serv.	%	manuais	%	sobrev.	%	total	%
central	281	0,29	5291	5,50	8322	8,65	16375	17,01	33902	34,38	25633	26,63	4281	4,45	2965	3,08	96241	100,00
interior	644	0,47	13911	10,05	14396	10,41	31138	22,51	37790	27,31	28601	20,67	7689	5,56	4181	3,08	138350	100,00
intermediário	1091	0,42	16386	6,24	28533	10,87	38102	14,55	69198	26,36	66975	25,52	32534	12,40	9560	3,64	262469	100,00
exterior	2794	0,48	11693	2,00	52752	9,03	38676	6,62	144845	24,80	191629	32,81	110840	18,98	30773	5,27	584002	100,00
periférico	3915	0,57	6474	0,94	43991	6,40	18514	2,69	134332	19,54	248185	36,11	184443	26,83	47503	6,91	687357	100,00
total	8725	0,49	53755	3,04	147994	8,37	142805	8,08	419257	23,71	561023	31,72	339787	19,21	94982	5,37	1768419	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 14**  
**Município de São Paulo: taxas geométricas de crescimento populacional**

Anel	taxa geométrica crescimento	
	população	domicílios
central	-0,91	-0,38
interior	-1,14	-0,22
intermediário	-0,68	0,10
exterior	0,86	1,27
periférico	3,09	10,66
total	1,16	1,51

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**Tabela 15**  
**Município de São Paulo: taxas geométricas de crescimento: propriedade domiciliar, 1980 e 1991**

Anel	taxas domiciliares			
	próprios	alugados	outros	total
central	-0,91	-0,38	-0,38	-0,38
interior	-1,14	-0,22	-0,22	-0,22
intermediário	-0,68	0,10	0,10	0,10
exterior	0,86	1,27	1,27	1,27
periférico	3,09	10,66	10,66	10,66
total	1,16	1,51	1,51	1,51

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**Tabela 16**  
**Município de São Paulo: densidade domiciliar, 1980 e 1991**

Anel	habitante por domicílio		
	1980	1991	perda em %
central	3,21	3,02	6,02
interior	3,73	3,37	10,67
intermediário	3,98	3,66	9,00
exterior	4,18	4,00	4,51
periférico	4,46	4,34	2,60
total	4,12	3,97	3,83

Fonte: Tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**Tabela 17**  
**Município de São Paulo: taxas geométricas de crescimento:**  
**propriedade domiciliar, 1980 e 1991**

Anel	próprios - %		alugados - %		outros - %	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
central	37,37	44,22	56,59	51,41	6,04	4,37
interior	47,60	57,14	46,31	35,94	6,10	6,92
intermediário	52,21	62,64	40,27	30,41	7,52	22,41
exterior	51,89	62,68	39,18	28,96	8,93	8,36
periférico	54,71	69,84	35,12	21,70	10,17	8,46
total	51,43	63,87	40,00	28,29	8,57	10,31

Fonte: Tabula es especiais dos Censos Demográficos de 1980 e 1991.

*Tabelas 18 e 19 na página seguinte*

**Tabela 20**  
**Município de São Paulo: infra-estrutura adequada, por anel, 1991**

Anel	% int. sanitária	% lixo	% água
central	99,79	99,97	99,97
interior	99,40	99,90	97,48
intermediário	97,91	98,47	98,11
exterior	92,36	98,96	98,61
periférico	80,11	96,81	97,20
total	89,02	98,43	97,92

Fonte: Tabula es especiais dos Censos Demográficos de 1991.



**Tabela 18**  
**Município de São Paulo: condições de ocupação dos domicílios, por anel, 1991**

Anel	próprio-tudo	%	só construção	%	alugado	%	cedido empr.	%	cedido part	%	outras	%	total	%
central	55576	42,39	846	0,65	65597	50,03	4835	3,69	390	2,90	354	0,27	127598	100,00
interior	113434	55,48	3396	1,66	73490	35,94	6020	2,94	7146	3,49	986	0,48	204472	100,00
intermediário	225276	58,04	17856	4,60	118041	30,41	6415	1,65	18606	4,79	1950	0,50	388144	100,00
exterior	458304	55,91	55501	6,77	237384	28,96	7303	0,89	57500	7,01	3684	0,45	819676	100,00
periférico	523774	58,72	99175	11,12	193504	21,79	7983	0,90	62219	6,98	5268	0,59	891923	100,00
total	1376364	56,60	176774	7,27	688016	28,29	32556	1,34	145861	6,00	12242	0,50	2431813	100,00

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.

**Tabela 19**  
**Município de São Paulo: crescimento domiciliar por condição de propriedade, por anel, 1980-1991**

Anel	1991	1980	diferença	%	1991	1980	diferença	%	1991	1980	diferença	%	1991	1980	diferença	%
central	281	0,29	5291	5,50	8322	8,65	16375	17,01	33902	25633	4281	26,63	4,45	96241	2965	3,08
interior	644	0,47	13911	10,05	14396	10,41	31138	22,51	37790	28601	7689	20,67	5,56	138350	4181	3,08
intermediário	1091	0,42	16386	6,24	28533	10,87	38102	14,55	69198	66975	32534	25,52	12,40	262469	9560	3,64
exterior	2794	0,48	11693	2,00	52752	9,03	38676	6,62	144845	191629	110840	32,81	18,98	584002	30773	5,27
periférico	3915	0,57	6474	0,94	43991	6,40	18514	2,69	134332	248185	184443	36,11	26,83	687357	47503	6,91
total	1553138	0,49	53755	3,04	147994	8,37	142805	8,08	419257	561023	339787	31,72	19,21	1768419	94982	5,37

Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991.